



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MANUELA GEOVANA CÂNDIDO ARAÚJO**

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE NA PRODUÇÃO  
CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**GUARABIRA  
2022**

MANUELA GEOVANA CÂNDIDO ARAÚJO

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE NA PRODUÇÃO  
CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação Especial e Inclusiva.

**Orientadora:** Profa. Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes

**GUARABIRA  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663t Araújo, Manuela Geovana Cândido.  
Transtorno do Espectro Autista [manuscrito] : uma análise na produção científica da Revista Brasileira de Educação Especial / Manuela Geovana Cândido Araújo. - 2022.  
55 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes, Departamento de Educação - CH."

1. Produção científica. 2. RBEE. 3. Transtorno do Espectro Autista (TEA). I. Título

21. ed. CDD 371.9

MANUELA GEOVANA CÂNDIDO ARAÚJO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ANÁLISE NA PRODUÇÃO  
CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Área de concentração:** Educação Especial e Inclusiva.

Aprovada em: 20/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

Elizangela Dias Santiago Fernandes  
Prof.ª Ma. Elizangela Dias Santiago Fernandes (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Joana Dar'k Costa  
Prof.ª Ma. Joana Dar'k Costa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Thayana Priscila Domingos da Silva  
Prof.ª Dra. Thayana Priscila Domingos Da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Deus, Ele é a minha fortaleza, se não fosse por sua providência eu não chegaria até aqui, toda honra e glória é para ti, meu Deus, o teu amor é inexplicável. A mim e a minha família, essa vitória é nossa, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço ao meu bom e maravilhoso Deus, por tudo que faz e realiza em minha vida, por ter me guiado durante todo o percurso, pela força diária para enfrentar todas as adversidades que surgiram, por ter me dado sabedoria, força e resiliência.

Agradeço aos meus pais, Ana Paula e Adailson André por serem os meus maiores incentivadores, sempre apontando o caminho da educação como fundamental em minha vida, uma vez que o aprendizado adquirido ninguém consegue tirar de nós. Por seu apoio e esforços incondicional em todos os âmbitos e por sempre acreditarem em mim. Ao meu esposo, João Paulo, companheiro de vida, por sempre está ao meu lado me dando forças, pela compreensão, pelo apoio e auxílio das mais diversas formas, por ter sido amparo nos momentos mais turbulentos de esgotamento físico e emocional e ter me encorajado. Além deles, sou grata ao meu irmão, meu primeiro amigo e parceiro de tudo, George, que é uma das pessoas a qual me inspiro e tenho como referência, que me ajudou tanto ao longo dessa caminhada, sem a sua participação eu não chegaria até aqui. A minha avó, Maria de Lourdes, pelo cuidado e amor para comigo e por sempre torcer pelas minhas conquistas. Obrigada por terem sido a minha rede de apoio e ter facilitado o percurso, por todo amor a mim ofertado em forma de atitudes, vocês são muito importantes na minha vida, amo vocês!

Em especial, ao meu primo Glauber, que é autista, ele despertou em mim, uma nova ótica de enxergar o mundo, passando a dá valor a cada conquista, por menor que pareça para as outras pessoas, tenho muito orgulho de você, meu amor. A minha tia, Renata, pela sua força e determinação, és exemplo para mim. À Thaiz, minha prima, pela ajuda e pelas doses de ânimo. Tia Cema, Tio Tonhe e Hian por toda ajuda. Agradeço aos demais familiares e amigos, por todo incentivo, apoio e torcida durante esses anos, vocês fazem parte dessa conquista.

Agradeço a minha turma de pedagogia 2017.1, pelas trocas de experiência cumplicidade, a melhor turma. Em especial, as minhas grandes amigas, Diana e Angélica, por sempre me ajudarem nos momentos difíceis, pela parceria de sempre, companheirismo e amizade, agradeço também a outra parte do meu grupo, meus amigos, nas pessoas de Gioclécio, Jadielly e Leandro, por toda parceria, amizade foram essenciais nessa caminhada e levarei cada um de vocês para a vida.

Agradeço à minha orientadora, Elizangela Dias por toda dedicação comigo nesse processo. Agradeço pelo o seu profissionalismo e paciência comigo, por todo o conhecimento adquirido e por ter transmitido calma e paciência nos momentos de apreensão.

Agradeço também à todos os meus professores que contribuíram de forma significativa na minha vida, em especial as professoras Ivonildes, Thayana, Ingrid Bizerra, Sheila, Alyne Pessoa, Regina Brandão, Ana Raquel e Leda Mara.

Sou grata pela amizade que construí com os colegas do ônibus, que partilhamos tantas conversas, sempre com uma escuta ativa, que me encorajaram com palavras positivas, obrigada Carol, Renata, Abrão, Laiane, Neto, Edicarla etc.

Enfim, a todos que contribuíram direto ou indiretamente nesse caminho acadêmico, saibam que cada um foi essencial e tem a sua importância.

## RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é caracterizado pela dificuldade na interação social, comunicação e pelo comportamento repetitivo. Sofreu várias alterações no decorrer dos anos quanto aos critérios diagnósticos e não apresenta causa definida. As pessoas com autismo conquistaram vários direitos ao longo do tempo no âmbito legal e as legislações tiveram papel significativo nessa trajetória. Logo, diversos marcos legais puderam assegurar os direitos das pessoas com deficiência, como a Constituição Federal (1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990); a Declaração de Salamanca (1994); a Lei de Diretrizes e Bases (1996); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), essas leis incluíam todos os tipos de deficiência. Porém, só em 2012, que surgiu a primeira lei voltada para os sujeitos com TEA com a lei Berenice Piana, nº 12.764/2012, a qual concedeu para a comunidade autista o reconhecimento, assegurando a garantia de direitos e o processo de ensino. Já a lei Romeo Mion, nº 13.977/2020, é uma espécie de continuação da lei anterior, contudo, com algumas alterações, como: a criação da carteira de identificação da pessoa com autismo e a facilidade ao acesso dos direitos garantidos na lei 12.764/2012. Também nos embasamos em alguns autores, quais sejam: Leo Kanner (1943), Cláudia Rocha (2012); John Donvan e Caren Zucker (2017), Temple Grandin e Richard Panek (2019). Vale ressaltar que, o surgimento dessas leis foi através do empenho e persistência dos pais e associações. Sendo assim, o objetivo central deste trabalho foi investigar as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico, utilizando o método qualitativo. A fonte desta pesquisa foi a Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE. A revista é um periódico organizado por diversos tipos de profissionais e atualmente conta com 28 volumes e em 15 destes volumes o TEA é abordado. Neste sentido, para realização do estudo realizamos um recorte temporal dos últimos quatro anos, o que corresponde aos anos de 2019 a 2022. Os resultados desta pesquisa demonstraram que, foram encontrados nos artigos da RBEE os mais variados temas, contemplando os aspectos da comunicação, comportamento, tecnologia, interação, recursos didáticos, adaptação de materiais, inclusão escolar, socialização, ciências exatas e humanas, relações sociais, interpessoais e familiares. Para tanto, os dados evidenciaram três categorias a saber: abordagem pedagógica, atendimento terapêutico e relações sociais/familiares. Além disso, percebemos que as ausências nos trabalhos publicados se referem a algumas temáticas relevantes que poderiam ganhar espaço na revista como por exemplo a mudança de fase da vida que se inicia na infância e vai até a vida adulta, representando um grande desafio para o indivíduo com TEA. Assim, procurando contribuir com o assunto, sugerimos o aprofundamento de estudos direcionados a terapias como ABA, PECS e outras ferramentas; e, sobretudo, direcionar um enfoque maior em outras áreas do conhecimento como formação continuada, a ampliação do currículo, no que se refere ao ensino de ciências, artes e língua inglesa.

**Palavras-Chave:** Produção científica. RBEE. Transtorno do Espectro Autista (TEA).



## ABSTRACT

Autism spectrum disorder is characterized by difficulty in social interaction, communication and repetitive behavior. It has undergone several changes over the years regarding the diagnostic criteria and has no defined cause. People with autism have conquered several rights over time in the legal sphere and legislation has played a significant role in this trajectory. Therefore, several legal frameworks were able to ensure the rights of people with disabilities. However, it was only in 2012 that the first law aimed at subjects with autism emerged with the Berenice Piana law, nº 12.764/2012, which granted recognition to the autistic community, ensuring the guarantee of rights and the teaching process. The Romeo Mion law, nº 13.977/2020, is a kind of continuation of the previous law, however, with some changes, such as: the creation of the identification card of the person with autism and the ease of access to the rights guaranteed in law 12.764/2012. We also rely on some authors, namely: Leo Kanner (1943), Cláudia Rocha (2012); John Donvan and Caren Zucker (2017), Temple Grandin and Richard Panek (2019). Therefore, the main objective of this work was to investigate the publications made in the *Revista Brasileira de Educação Especial* that deal with Autism Spectrum Disorder. It is a qualitative research of the bibliographic type, using the qualitative method. The source of this research was the *Revista Brasileira de Educação Especial* – RBEE. The journal is a journal organized by different types of professionals and currently has 28 volumes and in 15 of these volumes, TEA is addressed. In this sense, to carry out the study, we carried out a time frame of the last four years, which corresponds to the years 2019 to 2022. The results of this research showed that the most varied themes were found in the RBEE articles, covering aspects of communication, behavior, technology, interaction, teaching resources, adaptation of materials, school inclusion, socialization, exact and human sciences, social, interpersonal and family relationships. Therefore, the data showed three categories, namely: pedagogical approach, therapeutic care and social/family relationships. In addition, we noticed that the absences in the published works refer to some relevant themes that could gain space in the magazine, such as the change in the phase of life that begins in childhood and goes until adulthood, representing a great challenge for the individual with TEA. Thus, seeking to contribute to the subject, we suggest further studies aimed at therapies such as ABA, PECS and other tools; and, above all, direct a greater focus on other areas of knowledge such as continuing education, the expansion of the curriculum, with regard to the teaching of science, arts and English.

**Keywords:** Scientific production. RBEE. Autism Spectrum Disorder (ASD)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Símbolo do TEA.....	24
--------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Percentual da produção dos artigos por regiões.....	31
Gráfico 2 –	Demonstrativo de artigos sobre o TEA publicados por ano e a respectiva região.....	32
Gráfico 3 -	Publicação quanto ao gênero na RBEE.....	33

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 –	Percentual de artigos quanto aos temas correlacionados ao autismo.....	34
------------	--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABA Análise Aplicada ao Comportamento
- AEE Atendimento Educacional Especializado
- CAA Comunicação Alternativa Aplicada
- DSM Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
- PPP Projeto Político Pedagógico
- PECS Sistema de Comunicação de Imagens
- PEI Plano Educacional Individualizado
- RBEE Revista Brasileira de Educação Especial
- TEA Transtorno do Espectro Autista

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>AS COMPREENSÕES SOBRE O AUTISMO .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1</b>	<b>Marcos legais sobre TEA no Brasil.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>Sujeitos autistas nos ambientes educacionais (formal, não formal e informal) .....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>28</b>
<b>3.1</b>	<b>Sobre a pesquisa: fonte e <i>corpus</i>.....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>PRODUÇÃO CIENTÍFICA PROVENIENTE DA RBEE ACERCA DO TEA .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>Levantamentos sobre o perfil dos autores .....</b>	<b>31</b>
<b>4.2</b>	<b>As temáticas apresentadas sobre o TEA na RBEE .....</b>	<b>34</b>
<b>4.2.1</b>	<b>Abordagem pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem .....</b>	<b>34</b>
<b>4.2.2</b>	<b>A perspectiva no que se refere ao atendimento terapêutico .....</b>	<b>39</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Vínculos na convivência e o relacionamento das pessoas com autismo .....</b>	<b>43</b>
<b>4.3</b>	<b>Apontamentos sobre ausências e possibilidades nos estudos sobre o TEA na RBEE.....</b>	<b>45</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto o Transtorno do Espectro Autista – TEA. O TEA foi definido pela primeira vez em 1943 por Leo Kanner, o qual definiu o autismo como um distúrbio do contato afetivo. Desde então, o autismo foi ressignificado diversas vezes, hoje, devido às diferentes formas como ele vem se manifestando é denominado como Transtorno do Espectro Autista. Nesse sentido, o TEA é um transtorno global do desenvolvimento, na qual suas principais dificuldades estão relacionadas à interação social, comunicação e comportamento repetitivo, porém ainda não se sabe quais causas levam a esse transtorno.

Nos últimos anos temos observado mudanças que contribuem bastante para a preservação dos direitos do indivíduo com TEA e com outras dificuldades, sejam elas no âmbito físico ou intelectual, podemos citar no Brasil a Constituição da República Federal promulgada em 1988 que determina a pessoa com deficiência dotada dos mesmos direitos e deveres daquelas que não possuem nenhuma dessas diferenças, e ainda assegura o acesso à educação básica. A Constituição Federal (1988) e a Declaração de Salamanca (1994) também se constituem como marcos fundamentais para o processo de visibilidade das pessoas com deficiência ser efetivado. Entretanto, só tivemos uma lei específica para atender as necessidades do TEA em 2012, com a lei 12.764 intitulada Berenice Piana, que representa a luta de pais e associações para trazer a discussão sobre quais demandas o autismo apresenta para toda a sociedade, além de reconhecer, de fato, o autismo como uma deficiência. Corroborando e ampliando a lei supracitada, o Decreto 13.977 visa assegurar o direito à Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, esse documento certifica e garante direitos como: prioridade no atendimento nos locais públicos e privados, abrangendo as diversas áreas como educação, saúde e o social (BRASIL, 2020). Logo, busca proporcionar garantias de direitos para que o indivíduo com autismo possa gozar de forma plena e integral.

Assim, o interesse em tratar esta temática se deve em primeiro momento porque contribuiu muito para a minha formação pessoal, profissional, acadêmica e prática, uma vez que, será a área que é preferível de atuação após o término da graduação, ou seja, pretendo atuar na área da educação inclusiva. A vivência no âmbito familiar com uma criança autista, também, é um dos motivos que me levou ao desenvolvimento desta pesquisa. Além disso, a experiência profissional que desenvolvo na escola na qual trabalho, há quatro anos, fez-me com que eu pudesse conviver com algumas crianças com

TEA. Esse conhecimento adquirido com a prática foi de grande valia, pois colaborou de maneira significativa na minha prática pedagógica, pois assim pude aprender um pouco mais e conhecer desse mundo tão singular. A combinação da minha experiência pessoal e profissional intensificou minha vontade de pesquisar a temática.

Logo, o surgimento dessa ideia foi por meio de questionamentos, inquietações e curiosidades. A pesquisa pode ser útil para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, pois promove uma discussão em torno da literatura atual vigente e tenta trazer elementos de destaque e os que são invisibilizados pelos autores e veículos publicitários acerca do TEA. Além disso, contribuirá para a ampliação de conhecimentos que são mobilizados pelos estudiosos da área, como momento de reflexão acerca da produção e problematizações suscitadas para o campo e a prática de profissionais da educação.

Assim sendo, temos como pergunta de pesquisa a seguinte questão: O que as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE apontam sobre o Transtorno do Espectro Autista? Nessa perspectiva, nosso objetivo geral é investigar as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista no período de 2019 a 2022

Nossos objetivos específicos são: (1) identificar as pesquisas que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação Especial; (2) Apontar as temáticas que se sobressaem no relacionamento com o objeto desta pesquisa, a saber Transtorno do Espectro Autista; (3) Analisar os trabalhos que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista, apontando o que é pesquisado, como também as lacunas da área nas publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial.

É de suma importância abordar o TEA, pois se caracteriza como um tema complexo, que envolve muitas peculiaridades e especificidades, porque embora que não seja tão recente, as discussões sobre autismo ainda são escassas. Além disso, tem a intencionalidade de contribuir na expansão do conhecimento, tendo em vista que uma parte da sociedade, em geral, não possui conhecimento sobre esta temática e desconhece a relevância da revista investigada.

Diante da pesquisa realizada, foi escolhida uma bibliografia bastante diversificada envolvendo teses, artigos, livros, dissertações, a qual contemplou um referencial teórico voltado para temática do Transtorno do Espectro Autista, como: Leo Kanner (1943), Cláudia Rocha (2012); John Donvan e Caren Zucker (2017), Temple Grandin e Richard



Panek (2019). Tais autores serviram de sustentação para a realização do trabalho e colaboraram para enriquecer e embasar os argumentos desta pesquisa.

A revista analisada foi a Revista Brasileira de Educação Especial que teve início em 1992, contendo até o momento atual 28 volumes. A primeira menção sobre o tema foi em 1999 no volume 5; mais tarde o tema só veio a ser tratado no ano de 2007, no volume 13; a partir daí, ficou parcialmente frequente as discussões acerca dessa temática na revista, nos seguintes volumes: volume 14 (2008); volume 16 (2010); volume 19 (2013); volume 21 (2013); volume.22 (2016), volume.23 (2017); volume.24 (2018); volume.25 (2019); volume.26 (2020); volume.27 (2021), volume.28 (2022). Optamos pela análise de 4 volumes, dentre os 15 que abordam sobre o TEA, fazendo um recorte temporal. Os volumes analisados consecutivamente são: volume.25 (2019); volume.26 (2020); volume.27 (2021), volume.28 (2022).

A Revista Brasileira de Educação Especial foi escolhida devido o tipo de pesquisa desse trabalho ser bibliográfica, além disso porque traz os mais variados assuntos sobre a Educação Especial, não só no âmbito educacional como também no social, familiar e clínico. Essa revista é um periódico relevante e bastante significativo, tendo sido a única revista durante um período, que tratava acerca da educação especial. A RBEE é essencial porque é um meio de produzir ciência, não só se detém no Brasil, porém está crescendo de forma exponencial, pois conta com artigos na língua inglesa, além disso se caracteriza com uma maneira de valorizar a diversidade.

Esperamos com esse trabalho motivar mais pessoas a se dedicarem nesta área tão complexa e gratificante ao mesmo tempo, pois é uma área que necessita de profissionais e é crescente a sua demanda. Por fim, é essencial que o profissional esteja em busca de conhecimento, bem-informado e preparado, uma vez que, para atuar atendendo de forma completa é necessário ter instrução, além de conhecimento de causa; e, atuação de maneira efetiva para auxiliar no desenvolvimento desse público.

Assim, este trabalho é composto por fundamentação teórica com as seguintes seções: as compreensões sobre o autismo, a qual descreve sobre a definição e a história; marcos legais sobre o TEA, nessa subseção tratamos sobre as principais leis que contemplam os sujeitos com TEA; e, Sujeitos autistas nos ambientes educacionais (formal, não formal e informal). Na metodologia dispo de uma seção intitulada de sobre a pesquisa fonte e *corpus*. Enquanto, os resultados e as discussões foram divididos em subseções denominadas de: levantamentos sobre o perfil dos autores, nela identificamos as pesquisas e suas características (localidade, gênero e ano); as temáticas

apresentadas sobre o TEA na RBEE e a última subseção, que trata dos apontamentos sobre ausências e possibilidades nos estudos sobre o TEA na RBEE, a qual sugere outros estudos e indica algumas lacunas. Por último, temos as considerações finais.

## 2. AS COMPREENSÕES SOBRE AUTISMO

O autismo é caracterizado pela dificuldade na interação social, comunicação e pelo comportamento repetitivo. Os primeiros estudos sobre o autismo se deram em 1943, quando Kanner – alguns anos depois de ter diagnosticado o primeiro caso de autismo – publicou um artigo na revista *Nervous Children*, cujo título era: *Distúrbio autístico do contato afetivo*, (*Autistic disturbances of disturbances of affective contact*). Embora Kanner tenha sido o precursor na descrição do autismo, esse termo que deriva do grego (autos = si mesmo + ismo = isposição/orientação) “foi criado por Eugene Bleuler, em 1911, para descrever um sintoma da esquizofrenia, que ele definiu como sendo uma fuga da realidade.” (ROCHA, 2012. p. 11).

Um ano após a publicação de Kanner, Asperger (1944) ampliou as definições e a concepção que se tinha sobre o autismo, ressignificando-as, denominando-o como psicopatia autista, conhecida também como síndrome de Asperger. Nos anos 80, Lorna Wing (1981), psiquiatra americana, retomou os estudos de Asperger. Wing (1981) destacou três aspectos essenciais no autismo que são alterações sociais, na linguagem comunicação e comportamento.

Desde então surgiram vários meios de padronização de diagnóstico do autismo, e um deles foi através do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais o – DSM, que conta com 5 edições e em sua primeira publicação o DSM-I em 1952, quando se mencionava algo relacionado ao autismo seguia pela linha de raciocínio de Bleuler (1911), no qual o autismo era um tipo de esquizofrenia. Em 1980 foi publicado o DSM-III e o autismo passou a ser reconhecido como distúrbio do desenvolvimento, além disso o DSM-III definiu que para ter o diagnóstico precisava cumprir alguns critérios, mais tarde foi feita uma revisão no DSM-III, que mudou a nomenclatura do diagnóstico de autismo infantil para transtorno autista no DSM-III-R.

Depois de várias revisões, o DSM-5 mudou a nomenclatura novamente sobre autismo passando a ser denominado como Transtorno do Espectro Autista, devido as diversas formas de manifestação do transtorno. Além disto, os critérios de diagnóstico foram reduzidos em dois, como Grandin e Panek (2019, p. 118) apontam “Déficits persistentes na comunicação social e interação social. Padrões restritivos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades.” Entretanto mesmo tendo todos esses aparatos para diagnosticar uma pessoa com TEA, o diagnóstico não é tão simples

assim, como Grandin e Panek (2019, p. 13) indicam “O diagnóstico pode ser confuso e vago. Ele mudou ao longo dos anos e continua apresentando mudanças.”

Nesse contexto de mudanças de nomenclatura, surgiu em 1948 um artigo publicado na Revista Time que alegava que a causa do autismo era proveniente da falta de afetividade das mães para com as crianças, criando assim o mito das “Mães Geladeiras”. Silva (2020) aponta “Foi a partir do artigo intitulado como Medicine: Frosted Children (Medicina: Crianças Congeladas, ou em outras traduções, Crianças Geadas), de 1948, na Revista Time que, a teoria das “Mães Geladeiras” se difundiu.”

E assim ficou perceptível mais uma vez que foi atribuída à figura feminina toda a culpa das limitações que as crianças poderiam possuir. O que deixa evidente que sua função em uma sociedade calcada no patriarcado se restringe apenas a gerar filhos e cuidar deles, como tarefas exclusivas das mulheres, como se os pais não tivessem nenhuma responsabilidade afetiva.

Outras definições que invalidaram essa teoria das mães geladeiras surgiram no decorrer do tempo a partir de novos estudos sobre o tema. Desta maneira, estudiosos procuraram caracterizar o TEA, como nos mostra a afirmativa a seguir, da seguinte forma:

A percepção sobre o autismo pôde ser dividida em três formas de compreensão, que ocorreram em momentos históricos diferentes: a primeira acreditava-se ser um transtorno emocional; a segunda quando se muda a imagem científica e também as formas de tratamento, ou seja, a ciência e a medicina passam a entender o transtorno como uma alteração neurológica, tirando a ideia de “culpa dos pais”, quando se acreditava que era devido a uma relação ineficaz entre mãe e filho que o autismo se desenvolvia; e a que se refere ao momento atual, no qual o autismo é visto em uma perspectiva evolutiva, como um transtorno de desenvolvimento. (COOL, 2010 *apud* BENUTE, 2020 p.10).

Já os autores Gaiato e Teixeira (2018) apontam que

Podemos definir autismo ou transtorno do espectro autista como uma condição comportamental em que a criança apresenta prejuízos ou alterações básicas de comportamento e interação social, dificuldades na comunicação, por exemplo, na aquisição da linguagem verbal e não verbal; alterações na cognição e presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. (GAIATO E TEIXEIRA, 2018 p.13).

Além das características citadas ao longo do trabalho dos sujeitos autistas, podemos elencar outras que não ocorrem de maneira generalizada mas sempre coincidem, como por exemplo: girar objetos de maneira diferente, não fazer contato visual, não ter medo em situações perigosas além de não identificar tais situações, age como se não ouvisse, faz resistência a quebra de rotina, a interação é comprometida e socialização também,

apresenta sensibilidade a textura de alguns alimentos, em alguns casos apresenta comportamentos agressivos, risos e movimentos inapropriados, ou seja, estereotípias e sons repetidos e diferentes, que são as chamadas ecolalias.

Esses são alguns sintomas que as pessoas dentro do espectro apresentam. Diante desses sinais fez-se necessário a criação de grupos para denominar o grau que cada sujeito se encaixa. O autismo foi dividido em 3 nomenclaturas leve, moderado e severo, entretanto, conforme ficou estabelecido no DSM-5 (2014), é caracterizado de acordo com os níveis de gravidade, como meio de simplificar o diagnóstico, é classificado em níveis, a saber: no nível 1 o indivíduo não carece de tanto suporte, ou seja, necessidade de pouco apoio, já no nível 2 o sujeito precisa de mais apoio, em relação a intervenção profissional, exigindo apoio substancial, no que se refere ao nível 3 é o nível mais crítico pois assim como o nível 2 precisa de intervenção profissional só que de forma mais acentuada, ou seja, exigindo muito apoio substancial.

Faz-se necessário esclarecer a definição dos termos deficiência e transtorno, para isso usaremos como base as leis que tratam sobre essa temática, pois a partir da elucidação desses conceitos poderemos compreender em que categoria o objeto de estudo do presente trabalho se classifica, assim evitaremos possíveis equívocos sobre assuntos tão relevantes e que apresentam distinções entre si. Sendo assim, fica estabelecido segundo a Organização Pan-Americana da Saúde que: “Existem diversos transtornos mentais, com apresentações diferentes. Eles geralmente são caracterizados por uma combinação de pensamentos, percepções, emoções e comportamento anormais, que também podem afetar as relações com outras pessoas.” (Organização Pan Americana da saúde- OPAS, s/d).

Além das entidades nacionais e internacionais, as legislações também tiveram papel significativo no que diz respeito a trajetória do autismo, como iremos observar na próxima sessão a seguir.

## **2.1 Marcos legais sobre TEA no Brasil**

Devido o avanço das leis, a comunidade autista começou a ser reconhecida, em partes, nos ambientes escolares, principalmente, no atendimento, na garantia de direitos e processo de ensino, isso acarretou mudanças relevantes neste cenário, que serão apresentadas posteriormente. No contexto educacional, os autistas não frequentavam a

escola até a década de 90 a qual foi bastante importante devido a várias transformações que as políticas educacionais sofreram, principalmente, no âmbito da educação especial, a saber:

A Educação Especial tinha como orientação o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial (1994), o qual apresentava como fundamentos a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 4.024/61), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). (GARCIA; MICHELS, 2011, p. 106 apud BATTISTI; HECK, 2015, p. 10)

Todas essas políticas nacionais para educação ganharam forças após a Declaração de Salamanca (Espanha) em 1994, que foi uma resolução importante para impulsionar as demais políticas nacionais para a educação e colocar em evidência esse público que é tão negligenciado. Assim, se tornou um fator que contribuiu de forma relevante para com as pessoas com deficiência. Logo, a Declaração de Salamanca (1994) revela que:

A conferência adotou a Declaração de Salamanca sobre os Princípios, a Política e as Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais e um Enquadramento da Ação. Estes documentos estão inspirados pelo princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” – instituições que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. iii)

Essa declaração mudou o cenário mundial da educação, e desde então passou a ser influência na formulação de políticas voltadas para a educação inclusiva. “De acordo com a declaração, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças aprendam juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (SALAMANCA 1994 p. 5 *apud* BATTISTI; HECK, 2015, p. 11).

A partir de então, houve um grande aumento na inserção de pessoas com deficiências nas escolas de ensino regular, mas vale ressaltar que inserir é diferente de incluir porque inserir é colocar o indivíduo no ambiente, ele está presente, mas não de forma integral, só ocupando aquele espaço na sala, o que termina sendo um ambiente improdutivo para o sujeito, ou seja, não é incluído. Já incluir, de fato, é ter acesso a sala e ser proporcionado oportunidades e estratégias para que a pessoa com deficiência possa se desenvolver totalmente. Schwarz (2021, n.p.) ratifica que incluir é possibilitar “que todas as pessoas tenham suas necessidades assistidas de forma eficaz e direcionada, atendendo exatamente o que a pessoa com deficiência necessita.” Entretanto, a inclusão de fato tem desafios e limites, devido a vários fatores. No que diz respeito as pessoas com

TEA, fica evidente segundo os dados citados abaixo que apresenta uma diferença do número de matrículas das pessoas com TEA e das pessoas com síndrome de Down<sup>1</sup>.

Os dados do senso escolar do MEC/INEP 2007 indicam que o número de matrículas de estudantes com autismo em escolas representa 1,5% de toda população de estudantes com necessidades educacionais especiais em escolas do Brasil, sendo, contudo, inferior aos dos estudantes com Down, que representa 5,4 % dessa população. (BRASIL, 2008 *apud* COSTA, 2016, p 14)

Os dados acima mostram que mesmo com todas as políticas de inclusão para a educação o número de pessoas autistas matriculadas ainda é muito baixo. Segundo Costa (2016) há duas possibilidades para explicar essa baixa em números de matrículas de pessoas com TEA, uma é que realmente poucos estudantes com autismo estejam na escola regular, ou que devido as consecutivas mudanças que ocorrem nos critérios para seu diagnóstico, muitas dessas pessoas estejam enquadradas em outra categoria. O que comumente acontecia também era que muitos alunos estavam matriculados apenas no Atendimento Educacional Especializado – AEE. Neste sentido, o AEE, que a nossa Constituição Federal (1988) no artigo 208 e inciso III assegura como:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...].  
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências<sup>2</sup>, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2016, p. 124).

Ou seja, o AEE é o atendimento educacional especializado, garantido por lei. É um atendimento que é feito em parceria com o professor da sala regular, que contempla o público-alvo das pessoas com deficiência. Esse atendimento visa ser diferenciado para contribuir para o êxito do processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência, buscando estratégias, observando as dificuldades e encontrando caminhos para superá-las. Além disso, é significativo salientar que o AEE não substitui a educação em escolas normais, ela a complementa, por isso, deve ser oferecido em turno oposto ao da escola comum, mas algumas crianças com TEA acabava substituindo o ensino regular por este atendimento, em virtude da falta de informação ou omissão dela, pois ainda é

---

<sup>1</sup> A síndrome de Down é uma condição genética, na qual ocorre uma alteração no cromossomo 21, pois ao invés de ser 1 par, se desenvolvem 3 cromossomos. As pessoas com síndrome de Down têm algumas características como alterações no formato dos olhos, rosto e mãos e dificuldade intelectual.

<sup>2</sup> O termo “portador de deficiência”, com o passar dos anos mudou, para não ter um teor pejorativo ou relacionado a alguma doença, uma vez que, portador advém do verbo portar. Assim, a nomenclatura passou a ser “pessoa com deficiência”, conforme ficou estabelecido na Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas.

alimentada a ideia de que o AEE é um tipo de reforço escolar que dispensa o ensino regular. Então, é necessário desconstruir essa concepção que está incutida na mente das pessoas, além do mais, outra explicação para isso acontecer é o processo de adaptação, que é o período que antecede a permanência na escola, é a fase de conhecer, criar vínculos e se familiarizar com aquele ambiente (escola, sala de aula), do qual não estar acostumado.

Além dessas legislações, é importante destacar outras que abordam acerca da temática, a exemplo da lei 8.069/90, intitulado de Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que é um documento normativo que garante e resguarda as crianças e os adolescentes. No tocante as crianças e adolescentes com deficiência essa regulamentação reforça alguns direitos fundamentais determinados pela Constituição (1988), além disso garante também ao adolescente com deficiência ocupação profissional. Além do ECA (1990), temos outros marcos legais que cita as pessoas com deficiência como a lei 9.394/96, nomeada de Lei de Diretrizes e Bases (1996), esses documentos reforça a questão do atendimento educacional especializado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) salienta que as pessoas com TEA:

Na prática, na Educação Básica, o aluno com TEA segue as turmas de acordo com sua idade cronológica, independente dos objetivos por ele alcançado, considerando, ao final de cada nível de escolarização, a terminalidade específica (BRASIL, 1996).

Partindo desse pressuposto, é notório que não se leva em consideração o repertório que a criança tem, as dificuldades, minimiza-se apenas a idade. Outra lei que atende esse público é a lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015).

No contexto legal, as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, também conquistaram alguns direitos, através de algumas leis, que só surgiram por meio de empenho e persistência por parte de pais e associações, tendo como exemplo a Lei Berenice Piana, que foi nomeada devido a uma mulher chamada Berenice Piana, a qual é mãe de um menino com autismo, e pôde dá voz a diversos pais e pessoas com autismo, sendo a perscrora na aprovação dessa lei que é de fundamental importância na promoção da inclusão, assim discorre:



A Lei estabelece em seu artigo 1º: § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (BRASIL, lei 12.764,2012).

A lei Berenice Piana foi um avanço para a garantia de direitos das pessoas com TEA foi a primeira lei a tratar sobre a temática do autismo de maneira específica, pois até então as outras legislações tratavam de forma geral, englobando todos os tipos de deficiência, e o autismo não era considerado como deficiência em razão da constante troca de critérios no diagnóstico, na dificuldade da identificação dos sintomas, na ausência de leis específicas e no que se refere a incidência que era baixa, por consequência, da falta de informação, pois é um tema que não era debatido. Através dessa lei foi possível considerar os indivíduos autistas como pessoas com deficiência, assim fica indicado que:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

A lei 12.764 Berenice Piana (2012) foi convertida para a Lei 13.977/2020, intitulada de lei Romeo Mion, criada há pouco tempo, a qual é sinônimo de autonomia e resistência. Além do quê, é uma maneira também de reconhecer a pessoa que está dentro do espectro, e uma forma de identificar caso ocorra alguma crise ou acontecimento inusitado. Ademais, a lei 13.977 que foi sancionada em 2020, esta garante a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e visa:

(...)Art.3º-A garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social. (BRASIL, 2020)

A lei Romeo Mion (2020) trouxe determinadas mudanças, em termos de alterações para a lei Berenice Piana (2012), dentre elas, a criação da carteira de identificação da pessoa com autismo, que é de suma importância, além de identificar, ela contém dados como: endereço e filiação para contato, é uma maneira também de garantir o atendimento prioritário, devido as pessoas com TEA enfrentarem preconceitos. Em

algumas situações as pessoas hostilizarem os familiares e pessoas com autismo, por não perceberem os sintomas a princípio, em razão de ficar na fila preferencial, e essa carteirinha é um meio de comprovação. Entretanto, alguns aspectos permanecem em ambas as leis, como o símbolo da fita quebra cabeça presente nas placas de atendimento prioritário.

**Figura 1:** Símbolo do TEA.



Fonte: Blog Mãe de autista.

A fita quebra cabeça, também conhecida como fita de conscientização é o principal símbolo do autismo, composta por diferentes cores e com peças de quebra cabeça. Esse símbolo tem a finalidade de promover a conscientização. E, encontra-se presente nos ambientes para que as pessoas com autismo não tenham seus direitos usurpados.

Com a lei Berenice Piana foi instaurada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e que reconhece os indivíduos autistas como pessoas com deficiência, devido ao reconhecimento tardio, vimos como a comunidade autista sofreu prejuízos. Todavia essa lei, trouxe várias conquistas para as pessoas com autismo, como por exemplo os sinais que o transtorno apresenta, o direito ao acompanhante terapêutico (AT) em sala de aula e a garantia de permanência na escola e a matrícula, pois caso a escola se recuse a receber o indivíduo com autismo, sofrerá penalidade, entre outros direitos, segundo a lei 12.764/2012.

Acredita-se que as leis mencionadas anteriormente tanto a lei 12.764/2012 que foi uma forma de garantir os direitos da pessoa com autismo, como a Lei 13.977/2020 que pôde resguardar e ampliar esses direitos, cada uma traz consigo a sua relevância, uma vez

que são aspectos contribuintes para o desenvolvimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Os marcos legais citados acima foram de fundamental importância para assegurar os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, de modo que dá garantia e resguardo que esses direitos sejam respeitados, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e equitativa.

Conforme mencionado ao longo dessa sessão os sujeitos dentro do espectro conquistaram alguns benefícios, principalmente no âmbito educacional, a partir deste momento percorremos um pouco quanto a trajetória desses sujeitos nos ambientes educacionais.

## **2.2 Sujeitos autistas nos ambientes educacionais (formal, não formal e informal)**

Como já discutimos anteriormente o TEA possui variadas formas de se manifestar na vida e nas relações de cada sujeito, isso significa que a adaptação ao ambiente escolar se constitui como um dos primeiros desafios a serem enfrentados por aqueles que atuam nesses ambientes e naturalmente pelos sujeitos autistas. Atender a cada especificidade não é tarefa fácil, mas podemos observar que se torna possível se existir profissionais habilitados para tal função, a partir daí compreendemos a importância da formação continuada para docentes. É importante que o professor saiba o que é o transtorno do espectro autista, apesar de um ser assunto que está em evidência e citado com frequência na atualidade, ele ainda é um campo desconhecido para diversos docentes, pois não sabem ao certo o que é e nem como se manifesta.

O profissional de educação, quando se depara com um caso de autismo em sala de aula, sente receio, por não saber lidar (na maioria dos casos), com os autistas, pois é desafiador. O lado pesquisador do professor precisa entrar em ação nessa circunstância, se atualizar, buscar conhecimento sobre o tema. Precisa conhecer o aluno, fazer uma anamnese, observar, para conseguir realizar o Plano Educacional Individualizado (PEI) nos currículos escolares. Vale ressaltar que, para o professor conseguir realizar esse trabalho, é indispensável a colaboração da escola, da família e do professor da sala de recursos multifuncionais. É importante que o professor do AEE atue de forma colaborativa com o professor da classe regular. Do modo que os apoiem principalmente no planejamento de aulas e nas definições de atividades e escolhas de materiais que promovam sua inclusão, considerando a especificidade de cada deficiência.

De acordo com Belisário Filho e Cunha (2010, p. 38) “o professor do AEE poderá contribuir orientando os profissionais da escola na elaboração das estratégias no cotidiano escolar, na elaboração de recursos e na organização da rotina, de acordo com as peculiaridades de cada aluno e de cada escola”. Oferecendo assim oportunidades de desenvolvimento e qualidade de ensino. O processo de inclusão não está apenas na inserção dos autistas nas escolas, é preciso toda uma preparação que vai desde a equipe escolar até alterações e aprimoramentos no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola.

Dentro desse espaço algumas estratégias podem ser de grande valia para que a inclusão possa de fato se realizar, podemos citar a criação de rotina e sua importância como Gaiato e Teixeira (2018) destacam:

A criação de um quadro de rotina do dia é uma técnica muito eficiente que pode ajudar as crianças a se organizarem. [...]Mostrar para a criança o que irá acontecer a ajuda a entender e a aceitar as atividades. As dicas visuais facilitam a compreensão e a interpretação delas. (GAIATO E TEIXEIRA, 2018, p. 61-62).

Nessa perspectiva, é mostrado ao aluno com TEA o que vai ser trabalhado durante o horário que ele estiver naquele local, além de ser apontado o que o professor espera dele, em cada momento da aula. Porque é a partir da rotina que a criança segundo Barbosa (2006,) desenvolve algumas habilidades, a saber: “uma rotina adequada torna-se um instrumento facilitador da aprendizagem, ela permite que a criança estruture sua independência e autonomia, além de estimular a socialização” (BARBOSA, 2006, p. 35). Por isso, a importância dessa ferramenta, já que a pessoa com autismo é resistente a quebra de rotina, sendo assim, a criança com autismo pode se adaptar muito bem quando segue rotinas.

Quanto a educação informal e não formal Gohn (2006) discute e conceitua cada uma delas:

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (GOHN, 2006, p. 28).

Tomando como ponto de partida essa perspectiva e lembrando as características do indivíduo com autismo, podemos tentar apontar que na educação informal e na não formal pode não ocorrer ou pelo menos ser prejudicada, tendo em vista que o TEA na sua maioria

das vezes restringe o sujeito que o possui. A troca de experiências e contatos afetivos são comprometidos e apenas se restringe às pessoas de seu convívio direto.

Contudo, em alguns casos isso pode acontecer de forma diferente, pois como já foi mencionado cada pessoa tem sua especificidade, porém esse contato na maioria das vezes não acontece com pessoas para além de seu círculo familiar, escolar e com profissionais que estão em sua conveniência. Essa dificuldade de socialização muito presente na pessoa com autismo se revela como um dos principais motivos que levam pais e responsáveis a fazerem uma das primeiras investigações sobre o comportamento da criança e buscar ajuda profissional.

Quando tratamos sobre pessoas atípicas, infelizmente, está atrelado a um diagnóstico toda uma carga de preconceito e discriminação que muitas vezes se sobrepõe e, rotula e subjuga uma pessoa somente pela condição que ela possui, ou seja, estabelece um único possível futuro para elas. Isso acontece com deficientes físicos neuro atípicos ou até mesmo aqueles que não estão dentro de uma norma criada para a exclusão, para a separação de pessoas. Os autistas não fogem a essa regra, é comum em lugares públicos os olhares tortos, os julgamentos que recaem, especialmente, em cima das mães, e até mesmo a negação de direitos fundamentais que em ambientes escolares se torna corriqueiro mesmo nos dias atuais que o aparato legal está para dar suporte e colocar um limite na discriminação.

No momento em que essas crianças se tornam adolescentes inicia-se junto com essa nova fase novos obstáculos, o conhecimento do próprio corpo que representa ainda um tabu, quando relacionado a atípicos, essa dificuldade tende a crescer pois muitos profissionais e familiares não estão preparados para lidar com todas essas mudanças e nem a sociedade enxerga a sexualidade como algo natural, inerente a condição do ser humano. Portanto, não cessa comentários e a falta de empatia nessa fase. No tocante ao uso de medicamentos, alguns pais se mostram bastante reticentes, principalmente porque ainda se perpetua aquele estigma de que o indivíduo que usar medicação é taxado de louco e outras atribuições que os incapacitam de serem vistos como apto para se viver em sociedade.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho de pesquisa assume uma abordagem qualitativa, porque consiste na análise dos dados da Revista Brasileira de Educação Especial, ou seja, na análise dos artigos, relacionados ao TEA que a revista traz. É nesse tipo de abordagem que é realizada a partir da interpretação do pesquisador, resultando na interpretação de uma realidade, conduzida pela pesquisa. O autor Nascimento (2016) aponta que a abordagem qualitativa:

É baseado na interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam, ou no significado atribuído pelo pesquisador, dada a realidade em que os fenômenos estão inseridos. Considera a realidade e a particularidade de cada sujeito objeto da pesquisa. (NASCIMENTO, p. 3, 2016).

Os objetivos desta pesquisa têm a característica exploratória, uma vez que, contempla alguns aspectos que são empregados nesse tipo de pesquisa parafraseando Nascimento (2016), o levantamento de dados e “a análise de exemplos que auxiliem a compreensão do problema” Nascimento, 2016, p. 4). Nesse tipo de pesquisa ocorre uma aproximação maior com o objeto de estudo, uma vez que, está sendo investigado em sua profundidade. Além disso, a facilidade em desenvolver esse tipo de pesquisa é maior em razão da acessibilidade e comodidade que é proporcionada. Gil (2002) destaca que “essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.” (GIL, 2002, p. 41)

Foi identificado os itens que tratam sobre o TEA, destacado também as temáticas que se sobressaem com o objeto da pesquisa, ou seja, foi realizado um levantamento sobre a RBEE, e por fim analisado os trabalhos que tratam sobre a temática.

Percebemos assim a importância em realizar esse tipo de pesquisa, dado que é um fator contribuinte para o meio científico, por esta razão, foi escolhida esse tipo de pesquisa para a efetivação do trabalho. A fim de auxiliar e colaborar de forma integral na promoção do conhecimento. Segundo Gil (1991) “As pesquisas exploratórias objetivam facilitar familiaridade do pesquisador com o problema objeto da pesquisa, para permitir a construção de hipóteses ou tornar a questão mais clara” (GIL, 1991 apud NASCIMENTO, 2016 p. 4).

Nessa direção optamos em desenvolver uma pesquisa bibliográfica que são utilizados: artigos, livros, teses e revistas. A pesquisa bibliográfica se baseia apenas nas fontes secundárias, ou seja, que já receberam algum tipo de tratamento. Para tanto, realizamos o estudo sobre as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação

Especial, que é um periódico científico. Gil (2002) discute que: “Os periódicos constituem o meio mais importante para a comunicação científica. Graças a eles é que se vem tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica” (GIL, 2002, p. 66).

O autor supracitado acrescenta que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002, p. 45).” Assim sendo, a pesquisa bibliográfica traz uma acessibilidade e expansão do conhecimento em razão da facilidade que se têm.

### **3.1 Sobre a pesquisa: fonte e *corpus***

A pesquisa bibliográfica é um meio que oportuniza o conhecimento com maior acessibilidade à produção de dados existente acerca de um objeto do conhecimento, porém, em contrapartida, é necessário dedicar-se e ter muita atenção, uma vez que é o momento de reunir informações sobre o tema, fazendo um apanhado geral e se pautando nos referenciais teóricos.

A fonte desta pesquisa é a Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE. A revista é um periódico que vem contribuindo de maneira significativa na produção científica. Por muito tempo foi o único periódico que predominava, a se tratar da Educação Especial. Ela é organizada por diversos tipos de profissionais, como: professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais etc. E atualmente conta com 28 volumes, dos quais 15 volumes que abordam sobre o transtorno do espectro autista, serão analisados 4 volumes, contemplando os mais variados assuntos a respeito da temática.

A RBEE é um periódico que foi criado em 1992 e é organizada por vários pesquisadores e profissionais de diversas áreas (educação, humanas, exatas, biológicas etc.) e se configura como forma de propagar o conhecimento sobre a educação inclusiva. Em seus trinta anos de existência dedicou algumas de suas edições à temática do Transtorno do Espectro Autista, trazendo os mais variados tópicos quando se trata da temática do autismo. Assim, buscamos tentar responder a seguinte questão o que as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial apontam sobre o Transtorno do Espectro Autista?

Como percurso metodológico iremos (1) identificar as pesquisas que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação

Especial realizando assim uma pesquisa de todos os volumes, separando as edições que refere-se ao TEA, em seguida (2) Apontar as temáticas que se sobressaem no relacionamento com o objeto desta pesquisa, a saber Transtorno do Espectro Autista; iremos citar quais temáticas que tem mais predominância, por fim (3) Analisar os trabalhos que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista, apontando os que é pesquisado, como também as lacunas da área nas publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial. A partir da efetivação do primeiro objetivo específico, desse trabalho, tornou-se viável o manuseio dos dados, ou seja, o desmembramento dos estudos sobre TEA, em seus respectivos volumes e edições; e, conseqüentemente, a possibilidade de análise dos trabalhos, fazendo um levantamento minucioso por meio da leitura. Foi por meio deste itinerário que buscamos alcançar o objetivo geral deste trabalho.



#### 4. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA PROVENIENTE DA RBEE ACERCA DO TEA

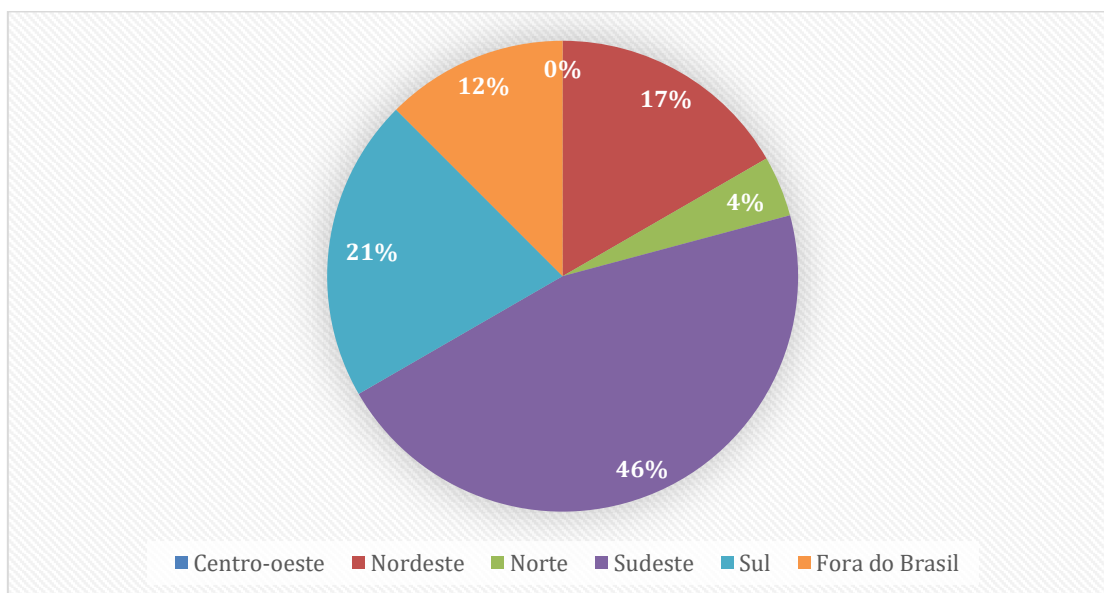
O marco temporal da pesquisa compreende os anos de 2019 a 2022 e teve como objetivo geral investigar as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista. Optamos por fazer o estudo nos últimos 4 anos do que é publicizado acerca do Transtorno do Espectro Autista, pois desde sua primeira publicação sobre esse tema em 1999, esse período aqui analisado se apresenta com um número maior de artigos, além disso, esses mostram o que as pesquisas mais recentes apontam sobre o transtorno.

A Revista Brasileira de Educação Especial possui 832 artigos em sua totalidade, sendo distribuídos em 28 volumes. Dentre estes verificamos que, 43 artigos abordam sobre o Transtorno do Espectro Autista e foram escolhidos 21 artigos para a análise. Assim, a escolha se deu devido a quantidade de publicações ter sido maior no período escolhido e por causa do tempo ser curto para a análise dos 43 estudos.

##### 4.1 Levantamentos sobre o perfil dos autores

Nesta primeira seção iremos atender o primeiro objetivo específico da pesquisa, a saber: identificar as pesquisas que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação Especial. Posto isso, o gráfico a seguir mostra a predominância da produção científica de acordo com localidade.

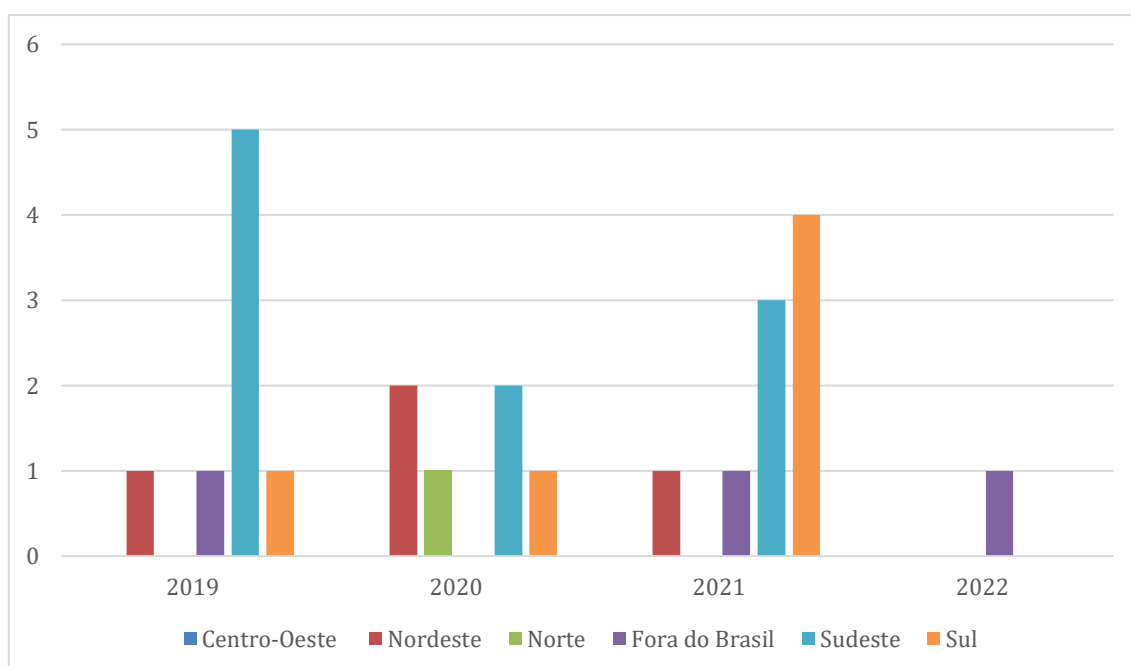
Gráfico 1: Percentual da produção dos artigos por regiões.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A partir do gráfico 1, percebemos que a região que se sobressaiu na produção dos trabalhos foi a região Sudeste com cerca de 46% dos trabalhos, seguido da região Sul com 21% dos trabalhos publicados. Já a região Nordeste apresenta em torno de 17% dos artigos. Como a revista tem alcance a nível nacional e internacional contou também com 13% dos artigos, advindos de países como Portugal e Espanha. As regiões que apresentaram menor marca de artigos publicados foram a região Norte com 4% e Centro-Oeste com inexistência de produção de artigos, ou seja, 0%.

Gráfico 2: Demonstrativo de artigos sobre o TEA publicados por ano e a respectiva região

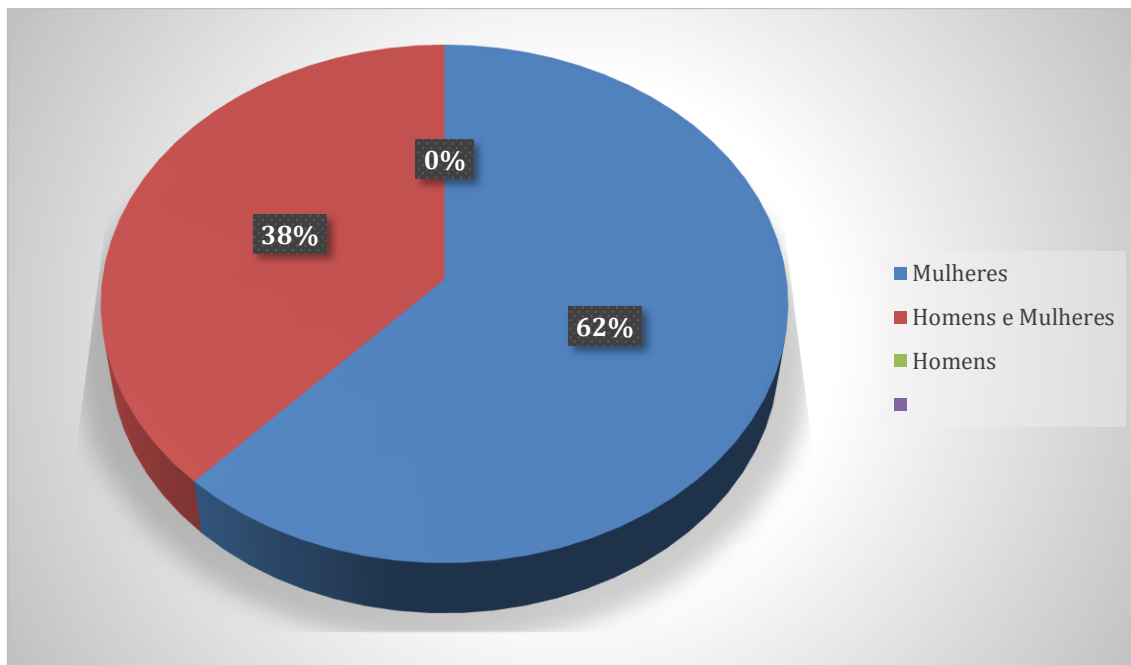


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os dados do gráfico 2 mostram os artigos publicados por ano de acordo com as regiões que foram produzidos. É notório que no ano de 2019 a região que teve mais artigos foi a região Sudeste com 5 artigos publicados, já as regiões Sul e Nordeste tiveram o mesmo número de artigos, 1 de cada. E, houve 1 publicação internacional. No ano de 2020 as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram o mesmo número de artigos publicados, 2 cada, e as regiões Sul e Norte também teve o mesmo resultado, 1 artigo para cada região. No penúltimo ano, 2021, a região que teve mais destaque foi o Sul com 4 artigos publicados, seguido pelo Sudeste com 3 pesquisas. A região Nordeste e o âmbito

internacional computaram 1 trabalho, respectivamente. No último ano analisado, ou seja, 2022, não se teve nenhuma publicação da revista aqui no Brasil, só teve uma a nível internacional, talvez porque é o ano que está vigente e ocorrendo o retorno de um momento pandêmico.

Gráfico 3: Publicação quanto ao gênero na RBEE



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No gráfico acima fica evidente que as publicações na Revista Brasileira de Educação Especial foram produzidas com predominância por pessoas do gênero feminino, representando 62% do total de artigos publicados na revista durante os anos analisados neste trabalho. Quando nos referimos aos trabalhos realizados por pessoas do gênero masculino observamos uma ausência nas produções assinadas apenas por homens.

Contudo foram contabilizados 38% dos artigos de autoria mista. Segundo essa análise vimos uma grande discrepância entre os gêneros quanto às publicações; e, evidentemente, o destaque para a participação feminina em todas elas. A seguir nos deteremos em realizar um mapeamento sobre as temáticas que foram evidenciadas na RBEE.

## 4.2 As temáticas apresentadas sobre o TEA na RBEE

Nesta seção buscou-se apontar as temáticas que se sobressaem no relacionamento com o objeto desta pesquisa, a saber: Transtorno do Espectro Autista. Dividiremos essa seção em três categorias a saber: Abordagem Pedagógica, Atendimento Terapêutico e Relações Sociais/Familiares. Na tabela 1 vemos a distribuição dessas categorias.

Tabela 1: Percentual de artigos quanto aos temas correlacionados ao autismo.

<b>Temáticas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentual</b>
Abordagem Pedagógica	9	43%
Atendimento Terapêutico	7	33%
Relações Sociais/Familiares	5	24%
<b>Total:</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

De acordo com a tabela apresentada acima, apontamos as temáticas encontradas nas páginas da revista e categorizamos os artigos analisados em 3 grupos, os quais foram: Abordagem pedagógica com 9 artigos encontrados, representando cerca de 43%, o Atendimento Terapêutico que é identificado em 7 artigos equivale a 33% das publicações e por último as Relações Sociais/Familiares com 5 pesquisas, correspondendo a 24%. Assim, os estudos que tratam sobre o TEA publicados na RBEE culminaram em três categorias, como forma de alcançarmos o nosso segundo objetivo. Posto isso, a seguir trataremos das categorias, primeiro em relação a Abordagem Pedagógica. Em seguida, partiremos para a categoria que se refere ao Atendimento Terapêutico. Posteriormente, iremos falar sobre as Relações Sociais e Familiares que encontramos nas publicações.

### 4.2.1 Abordagem pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem

A Revista Brasileira de Educação Especial conta com nove artigos publicados, durante o período analisado sobre este assunto. A categoria abordagem pedagógica e o processo de ensino e aprendizagem remete ao trabalho com assuntos que estão

diretamente ligados a parte educacional do indivíduo com TEA, ou seja, o processo ensino e aprendizagem respeitando as características de cada um.

Entre as nove publicações, duas tratam sobre a aprendizagem cooperativa, uma delas é um estudo de caso denominado de “Juan, uma criança com síndrome de asperger: estudo de caso de uma boa prática de inclusão educacional, por meio da aprendizagem cooperativa.” Este trabalho trata-se de um estudo de caso de um menino com síndrome de Asperger uma das nomenclaturas que se enquadram no espectro, que teve como instrumento de coleta da pesquisa uma entrevista com as crianças e professores. Outro artigo é sobre a “Intervenção dos pares no engajamento acadêmico das crianças com autismo” que, conta com a participação de duas crianças atípicas e quatro típicas, os instrumentos de coleta de dados foram diversos, já os procedimentos foi através de filmagens. Ambos os estudos foram realizados dentro de ambientes escolares. Tomando como ponto de partida as respostas dadas pelos alunos em um estudo e no outro a observação dos vídeos quanto as trocas com os seus pares, foi possível notar que houve uma aprendizagem cooperativa, e o autor Pujolàs Maset (2009, p. 8) destaca que:

A aprendizagem cooperativa tem grandes vantagens: melhora a aprendizagem para todos os alunos, não só o conteúdo relacionado a atitudes, valores e normas, mas também outros conteúdos (ambos conceitos e procedimentos). E não apenas dos alunos que têm mais problemas para aprender, mas também daqueles que são mais capazes de aprender. Também facilita a participação ativa de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem, enfatizando seu papel nesse processo. Isso, sem dúvida, contribui para a criação de um clima de sala de aula muito mais favorável à aprendizagem de todos os alunos. Por outro lado, facilita a integração e interação dos alunos com dificuldade com aqueles que têm facilidade de aprender, de modo que entre eles haja uma relação mais forte e de maior qualidade. (PUJOLÀS MASET, 2009, p. 8).

Associando a ideia do autor, a abordagem que foi utilizada para ambos os estudos, foi de suma importância, pois quanto aos resultados dessa aprendizagem mostra que foram positivos, não só para as crianças com TEA como também para as crianças com desenvolvimento típico, uma vez que, na medida que se ensina também se aprende, ou seja, é uma forma de promover a inclusão.

Os outros sete artigos que fazem parte dessa categoria apontam sobre como a inclusão pode acontecer fazendo uso de diferentes recursos didáticos que contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos com autismo. Um deles aborda sobre a vivência de um estudante com autismo no ensino superior, com o seguinte título “Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a

sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão”. Apesar de ser um direito ao ingresso e adaptação curricular como fica especificado a seguir, no art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2007:

(...) que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. (ONU, 2007, p. 29).

Não é uma realidade recorrente, porém, vale ressaltar que é uma demanda crescente. Nesse estudo foi analisado os diários de bordo, a prática pedagógica, e como o uso de metodologias ativas colaboraram para o processo ser positivo, sendo que, os professores mudaram seu método de ensino e avaliação adaptando-os. Foi observado também que durante a trajetória do estudo em questão, houve momentos que ocorreram dificuldades acerca da parte emocional do estudante com autismo. Logo, em determinadas atividades, entretanto, os professores adaptaram essas atividades, alterando sua metodologia, utilizando textos menores, imagens, infográficos, informações objetivas e claras, dinâmicas etc.; oportunizando assim, uma perspectiva inclusiva. Vimos também nesse estudo, como a falta de formação continuada é latente e a falta de apoio das instituições de ensino, as quais ainda são insuficientes. Além disso, quando se trata da academia, as dificuldades se acentuam em proporções ainda maiores, em razão ao esgotamento mental que se tem e a dificuldade na socialização, levando em conta também que é uma fase de transição para a vida adulta. Então, o ambiente diferente e cheio de estímulos acarreta muitas mudanças para o indivíduo.

O outro artigo que vem a seguir se assemelha ao anterior, pois vem nessa mesma perspectiva, pois aconteceu no ambiente educacional universitário, com o título “Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos”, realizado com a participação de 6 estudantes com autismo que ingressaram na universidade e conta como foi a trajetória deles dentro dessa instituição.

Partindo para os componentes curriculares, mais precisamente na área da linguagem, foram selecionados 3 artigos, que tratam sobre a leitura, linguagem e comunicação. No âmbito da leitura o estudo trata sobre a questão do ensino da leitura para crianças com autismo, com o seguinte título “Ensino de habilidades rudimentares de

leitura para alunos com autismo”, e contou com a participação de duas crianças atípicas. Nele é destacado todo processo e se conseguiram adquirir essa habilidade leitora, utilizando diferentes recursos para ampliar esse repertório, a saber: o pareamento a partir de diferentes abordagens como ditado, estímulo reposta e nomeação de figura. As crianças apresentaram desempenho divergentes em cada atividade proposta, uma delas, consegue reconhecer e identificar vogais, letras e relacionar com figuras, já a outra consegue reconhecer e relacionar as palavras ditadas com figura e palavra ditada com palavra escrita e figura, bem como consegue realizar o pareamento. Isto posto, esse estudo apresentou resultados positivos.

Já o outro estudo também faz parte da competência leitora, intitulado de “Reconhecimento de palavras, fluência e compreensão de leitura em alunos com transtorno do espectro autista”, nesse estudo foram selecionadas 8 crianças do gênero masculino advindas de instituições que atendem ao público-alvo desse trabalho, 6 das crianças são matriculadas em escola privada e 2 na rede pública. Foram utilizados 4 tipos de instrumentos para a realização dessa pesquisa, que tinha como objetivo reconhecer os padrões de leitura de crianças com TEA por meio dos componentes de reconhecimento de palavras, a compressão de leitura e fluência. As dificuldades encontradas foram em relação a compreensão de leitura de acordo com o gênero textual, quanto ao reconhecimento de palavras e fluência foi identificado que nesses aspectos o desempenho foi melhor. Vale salientar que, no período que foi realizado o seguinte estudo estava acontecendo a pandemia da covid-19, em razão disso não foi possível a participação de mais crianças no estudo.

O último artigo do campo da comunicação, pertencente ao grupo da linguagem, denominado de “Ensino de ecoico em pessoas com transtorno do espectro autista: revisão sistemática de literatura”. Trata sobre a quantidade de artigos que abordam esse tema e como o ecoico (imitação do som) é uma ferramenta imprescindível na aquisição ou aperfeiçoamento da linguagem/fala, principalmente, na área da linguagem e comunicação, área que sofre com prejuízos quando se trata de pessoas com TEA.

Na parte das exatas, em particular no componente curricular de matemática, foram encontrados dois artigos referentes a esse grupo. Um deles nomeado de “Estudo exploratório sobre estratégias e erros de um estudante com transtorno do espectro autista na resolução de problemas de divisão partitiva”. Esse artigo aborda a questão das estratégias de ensino para alunos com TEA, pois visa apontar os resultados positivos e negativos de como se deu esse processo, ou seja, as dificuldades e avanços desse aluno

em específico, voltada para o componente curricular de matemática, mais especificamente, no conteúdo de divisão. Os materiais concretos e as diferentes estratégias foram fatores que facilitaram o processo de ensino e aprendizagem. Esse artigo se diferencia dos demais, pois apresenta duas versões apenas, sendo a principal em espanhol e a outra em inglês, dentre os artigos analisados ele é o único artigo que foi necessário traduzir para a nossa língua.

Por fim, iremos apontar o último artigo dessa categoria, que está intimamente ligado a disciplina de Matemática, e foi intitulado de “Ensino de relações numéricas por meio da equivalência de estímulos para crianças com transtorno do espectro do autismo”. Esse artigo trata sobre a questão do ensino de matemática e adota uma metodologia diferente do habitual para alcançar os resultados, como o uso do material concreto, valendo-se de materiais de fácil manejo como peças de madeira e cartões de papel e o uso de reforçadores. Foram realizados testes com 5 crianças de faixa etárias diferentes, porém foi trabalhado em consonância com sua faixa-etária. Dentre as 5 crianças, 1 estava na educação infantil e as outras no fundamental, respectivamente. Os conteúdos abordados foram número ditado, número arábico e quantidade, e as relações de ensino correspondentes a equivalência. Os resultados utilizando modelos foram positivos e satisfatórios concretizando assim a aprendizagem. E vimos como a adaptação de material foi um fator relevante para a obtenção desses resultados.

Em síntese, as publicações pertencentes a categoria da abordagem pedagógica e ensino aprendizagem, apresentou os mais variados temas, contemplando os aspectos da comunicação, interação, recursos didáticos, adaptação de materiais, inclusão escolar, socialização, ciências exatas e humanas. Seguiremos para a próxima categoria que é o Atendimento Terapêutico.

#### 4.2.2 A perspectiva no que se refere ao atendimento terapêutico

Nesta categoria analisamos a perspectiva do atendimento terapêutico. Ela possui um total de sete publicações que abordaram esta temática na revista analisada e está relacionado aos métodos usados para contribuir com aspectos que envolve a vivência do paciente, nesse caso a pessoa com autismo, de forma holística. Keinert (2018) explica como esse atendimento terapêutico se organiza:



Deste modo, o comprometimento com a promoção da Saúde da pessoa com TEA envolve uma equipe multiprofissional e o respeito às diversas abordagens, tanto comportamentais quanto desenvolvimentistas. Sendo assim, respeitando-se e promovendo a saúde de cada criança com TEA na sua individualidade. Keinert (2018, p. 2).

Os artigos que estão inseridos nessa categoria estão fracionados em segmentos, como: comportamento, tecnologia e comunicação, os quais detalharemos a seguir. Dentre esses artigos, três deles iram tratar sobre a questão comportamental, o primeiro artigo dessa categoria nomeado como “Efeitos de 5 anos de intervenção comportamental intensiva do desenvolvimento de uma criança com autismo”, o estudo apresenta como a intervenção comportamental contribuiu para o desenvolvimento de uma criança autista em nível 3, ou seja, que precisa de apoio substancial frequentemente. Mostrou também como a formação das pessoas que acompanham essa criança tem impacto positivo na condução desse processo. Pois, cada pessoa que fazia parte da vivência da criança ficava encarregada de ajudar a desenvolver determinada habilidade, tanto em casa, como na escola, ou seja, ocorrendo uma parceria, contribuindo e fortalecendo as relações entre escola, família e a equipe multidisciplinar, com a finalidade de proporcionar progresso para a vida da criança em questão.

Além disso, aponta os ganhos que essa criança teve nesse período de intervenção e como o método usado é eficaz. Nas áreas analisadas do desenvolvimento algumas delas tiveram resultados esperados dentro do que é previsto para a faixa etária como coordenação motora grossa e integração do olho, entretanto não quer dizer que, não ocorreram ganhos nos outros aspectos como imitação, percepção, coordenação motora fina, cognitivo, cognitivo global, linguagem, cognição, autocuidados, socialização e global, sendo em proporções menores. Essa intervenção foi baseada no ABA, análise do comportamento aplicada, e se caracteriza como Canovas (2020):

A Análise do Comportamento Aplicada, conhecida como ABA (Applied Behavior Analysis) é o ramo aplicado de uma ciência do comportamento que utiliza procedimentos e técnicas derivadas dos princípios do comportamento formulados por meio de ciência básica. O objetivo dessa ciência é intervir e melhorar comportamentos que sejam significativos e relevantes para os indivíduos (Cooper, Heron, & Heward, 2020). As intervenções baseadas em ABA têm sido apontadas na literatura como efetivas para produzir mudanças de comportamento e desenvolver repertórios especialmente em populações com Transtorno do Espectro Autista (TEA), outros transtornos do desenvolvimento e/ou déficit intelectual [...] As sessões de intervenção comportamental baseadas em ABA são realizadas por um aplicador, em atendimentos individualizados (1:1) e presenciais, em geral em uma carga horária elevada (20 a 40 horas semanais de intervenção), considerando que as pesquisas na área indicam os efeitos da intervenção quando realizada em carga horária adequada (LOVAAS, 1987 apud CANOVAS et, al., p. 179. 2020)

Assim, os resultados e a abordagem foram significativos, pois o aluno em evidência após essa intervenção, durante o período mostrado anteriormente, conseguiu desenvolver a fala. Além desse artigo, teremos mais dois relacionados a essa parte comportamental sendo um deles chamado de “Construção e validação do questionário de comportamentos típicos na perturbação do espectro do autismo,” e o outro de “Correlações entre os perfis comportamentais, funcionamento executivo e empatia na perturbação do espectro do autismo: orientações para a intervenção”.

O primeiro estudo foi realizado com uma ampla quantidade de pessoas, 10 especialistas da área em sua fase inicial, os quais eram os condutores do estudo, 5 crianças e adolescentes com idades entre 6 e 16 anos na segunda fase e na fase final contou com 75 crianças, 65 meninos e 10 meninas, todos com diagnóstico apenas de autismo, ou seja, dentro do espectro. Este estudo teve o objetivo de analisar um questionário que apresenta as características do autismo baseado no DSM-5 e apontam algumas intervenções de acordo com suas características. Já o outro é uma continuação só que avaliando outros aspectos e indicando caminhos para intervenções. Ambos foram produzidos em Portugal. Quanto a nomenclatura no que se refere a perturbação, pode soar num tom pejorativo, uma vez que ficou denominado no DSM-5 que a nomenclatura é Transtorno do Espectro Autista, entretanto não é uma visão negativa, pois levando em consideração o que autor Guimarães (2005) nos mostra:

Desde o início do século XIX, com o Marquês de Pedra Branca, se usa o estudo do léxico para mostrar diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal. Essas diferenças dizem respeito ao fato de que, no Brasil, muitas palavras tomaram outros sentidos ou foram incorporadas ao português a partir das línguas indígenas e africanas, com as quais o português esteve e está em relação. (...) palavras que têm um sentido em Portugal e outro no Brasil(...). (GUIMARÃES, 2005).

À vista disso, a palavra perturbação tem o mesmo sentido de transtorno, o que muda, é apenas a sua grafia, em razão do léxico. Além dessa palavra, com várias outras acontecem esse fenômeno<sup>3</sup>. Iremos abordar o segundo item dessa subcategoria referente

---

<sup>3</sup> Algumas palavras possuem o mesmo sentido, mas a grafia varia em países como o nosso e Portugal, como por exemplo: “comboio-trem; autocarro-ônibus, elétrico-bonde, hospedeira-aeromoça, caneta de tinta permanente-caneta tinteiro, corta-papeles- pátula, fato-terno, metro-metrô” de acordo com (TEYSSIER, 1997 apud GUIMARÃES, 2005).

a tecnologia. Nesse item elegemos dois estudos, o primeiro artigo intitulado de “Software M-TEA: do desenho computacional à aplicação por profissionais com estudantes com autismo”. O estudo dialoga sobre os aplicativos, abordando como a tecnologia atrelada ao atendimento terapêutico facilita e contribui no ensino das crianças com TEA. Os softwares são ferramentas que auxiliam bastante no processo de aquisição do conhecimento, pois facilitam as áreas que o autismo tem mais prejudicado. Posto isso, no seguinte estudo foi desenvolvido uma ferramenta, ou seja, um software intitulado de M-TEA que teve efeitos favoráveis. É importante ressaltar a acessibilidade que esse app possui não apenas para as crianças, como para quem convive com elas também, sem muita complicação quanto ao uso.

O segundo é nomeado de “Implementação do PECS associado ao point-of-view vídeo modeling na educação infantil para crianças com autismo.” Este artigo apresenta o PECS (The Picture Communication System) sistema de comunicação de imagens, que pode ser compreendido como uma ferramenta. Ele funciona como um programa de intervenção que serve para gerar comunicação ou ampliar o repertório da fala. O artigo mostrou como essa ferramenta atrelada a vídeo modelação é eficaz no processo da comunicação. O PECS associado a outros métodos teve mais resultados do que sendo trabalhado sozinho. É notório a eficácia e importância de trabalhar com métodos assim, pois desenvolve a autonomia, independência e a comunicação. A criança consegue se expressar e dizer o que quer, pois isso é muito importante uma vez que, muitas crianças com autismo não conseguem se expressar, gerando assim alguns comportamentos irregulares. Outra vez percebemos como a tecnologia contribui para o desenvolvimento de pessoas com autismo. Nesse artigo também aborda a comunicação que é o próximo item que iremos comentar.

Nessa conjuntura separamos dois artigos no tocante a comunicação, com o seguinte título “Brincar e contar histórias com crianças com transtorno do espectro autista: mediação do adulto”. Esse estudo é de caráter descritivo e foi realizado com 2 crianças do gênero masculino, que estavam no segmento da educação infantil e eram não verbais, ou seja, não falavam. As intervenções não eram realizadas na escola e foram realizadas através da mediação de um adulto, de forma lúdica através da narração de histórias como forma de desenvolver a comunicação dessas crianças e mostrou efeitos positivos. A narração de histórias foi um instrumento importante para auxiliar nesse processo, pois facilitou tanto para os interlocutores quanto para as crianças, uma vez que foi propiciado situações que desenvolvesse a comunicação e interação. Em razão disso,

foram feitos questionamentos às crianças na proporção que a história era narrada, e elas respondiam com emissão de sons, gestos, obedecendo comandos e com atitudes.

O segundo artigo desse item com o nome “Comunicação alternativa para alunos com autismo na escola: uma revisão da literatura”, foi realizado buscando na literatura os artigos que tratam da comunicação alternativa para alunos com TEA, ou seja, foi feita uma revisão da literatura. Esse sistema de comunicação alternativa foi trabalhado de diversas formas, por meio da narração de história, no cotidiano da sala de aula, na leitura, utilizando recursos variados, como: pranchas, recursos eletrônicos com ou sem saída de voz, álbuns e cartões individuais. Nos estudos que foram analisados vimos a importância da formação continuada e da especialização, para oferecer uma inclusão de forma integral. A comunicação alternativa é utilizada como forma de dar autonomia e independência ao sujeito. Os estudos analisados apontaram que o uso da Comunicação Alternativa e Ampliada – CAA, para o desenvolvimento de estudantes com TEA trouxe ganhos significativos.

O Atendimento Terapêutico acontece de várias formas e nos mais variados ambientes, refletindo no aspecto clínico. Neste estudo, de acordo com as publicações analisadas da RBEE foram elencados alguns aspectos como comportamento, comunicação e tecnologia, que fazem parte desse atendimento e alguns métodos, como: ABA, PECS, vídeo modelação, narração de história, CAA e o uso de um aplicativo, porém o atendimento terapêutico vai além desses fatores. Prosseguindo para o último tópico dessa categoria, a partir de agora irá ser abordado sobre as Relações Sociais/Familiares.

#### 4.2.3 Vínculos na convivência e o relacionamento das pessoas com autismo

Nessa categoria das Relações Sociais/Familiares que é composta por cinco artigos foram separados quatro grupos de temáticas identificadas da seguinte forma: Relações Sociais, Relações Interpessoais no Contexto Educacional, Relações Familiares e Relação Família-Escola, a díade. No primeiro tópico sobre as Relações Sociais possui apenas um dos cinco artigos, cujo título é “Empatia afetiva e cognitiva no transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão integrativa da literatura”, o presente estudo consistiu em uma revisão acerca dos artigos relacionados a empatia afetiva e cognitiva e como são as características da empatia nas pessoas com TEA, dentro desse estudo foi avaliado quanto

os aspectos de gênero, idade, QI<sup>4</sup> e o ambiente social. O fenômeno estudado é justamente o que o autismo mais afeta. A empatia divide-se em empatia cognitiva que é a mais afetada quando se trata de pessoas com autismo, segundo o estudo é aquela de se colocar no lugar do outro, e a empatia afetiva pode ser caracterizada a partilha dos sentimentos para com as outras pessoas, que de acordo com o estudo apresentado nessa pesquisa não é tão afetada assim (ROZA e GUIMARÃES, 2019). Quando se trata das relações sociais a empatia é um elemento essencial. Principalmente, porque a empatia acontece no ambiente escolar, se tratando das pessoas consideradas típicas para com as pessoas consideradas atípicas.

Neste contexto seguiremos para o próximo item, que por sua vez será apresentado como se dá as Relações Interpessoais no Contexto Educacional. Dentro desse item das Relações Interpessoais no Contexto Educacional contém 2 artigos, o artigo inicial intitulado de “Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio”, o qual trata sobre a interação de 4 crianças autistas no ambiente educacional, em sala de aula e no pátio (área externa), destacando assim a importância desses momentos para o desenvolvimento de habilidades como a interação, que é uma das áreas mais atingidas por esse transtorno. Além disso, esse processo favoreceu a inclusão da pessoa com TEA.

Foi possível notar que dos 4 casos analisados 1 deles as crianças não interagiram com a criança com autismo mesmo com a mediação da professora, já nos outros casos as crianças interagiram ocorrendo até trocas afetivas, o estudo mostrou que os resultados quanto a aprendizagem e socialização das crianças com TEA foram positivos. Como os autores Lemos, Salomão, Aquino, & Agripino, Ramos (2016), Martins & Monteiro (2017) e Schmidt et al. (2016) enfatizaram “[...] o papel da escola para crianças com TEA e a importância tanto na socialização quanto na aprendizagem dessas crianças”. Assim, percebemos como o ambiente escolar é favorável para ampliar o repertório através da convivência, para que as crianças aprendam com os pares e desenvolvem habilidades.

O segundo artigo é denominado de “Vivências escolares e transtorno do espectro autista: o que dizem as crianças”. Esse estudo foi realizado em duas instituições de ensino na cidade de João Pessoa, na Paraíba e pôde apresentar como se dá a relação de crianças típicas e atípicas em sala de aula, e como convivem. Pelo relato, convivem de forma harmoniosa, porém são utilizados termos que estigmatizam as crianças com TEA como “especial” e/ou “bebê”. Tais termos inferiorizam as pessoas com deficiência, porém além

---

<sup>4</sup> QI: é o quociente de inteligência. É uma medida desenvolvida por meio de um teste para avaliar a capacidade intelectual de uma pessoa.

das crianças, as profissionais de educação reforçam esses adjetivos. Logo, o estudo mostrou que as crianças ditas como não autistas estabeleceram uma relação de acolhimento para com as crianças autistas e tratam de forma respeitosa, sobre essa relação, as autoras Camargo e Bosa (2009 p.67) apontam:

[...] proporcionar às crianças com autismo de conviver com outras da mesma faixa etária, possibilita o estímulo a suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Além disso, o convívio de uma criança autista no ensino regular irá favorecer o seu desenvolvimento e de seus pares. (CAMARGO E BOSA, 2009, p. 67 apud BATTISTI e HECK, 2015, p.17).

Porém só isso não é necessário para haver uma inclusão propriamente dita, mas em contrapartida já é um passo importante. No âmbito das relações familiares foi escolhido apenas um artigo intitulado de “Autismo, narrativas maternas e ativismo dos anos 1970 a 2008”. O seguinte artigo trata sobre o relato de mães de crianças com autismo, baseada na autobiografia de duas mães entre os anos de 1970 a 2008, mais especificamente no Brasil. É uma pesquisa muito pertinente, pois foi relatado a trajetória das mães de crianças autistas desde o caminho para o diagnóstico, a falta de informação que se tinha, as dificuldades encontradas, as primeiras iniciativas de instituições voltadas para esse público, a relação dessas mães com os filhos, a vivência, sempre em busca de condições melhores de vida.

Logo, vimos como a participação dos familiares é fundamental na luta por garantia de direitos; e, que geralmente o cuidado não ocorre de forma compartilhada, ficando restrito apenas a mãe. Assim, percebemos como a figura feminina sempre foi responsabilizada, pois no início da história do autismo, a culpa desse transtorno era atribuída a elas, as mães, por serem muito “frias” passavam isso para os filhos, e eram chamadas de mães geladeiras, (SILVA, 2020). Também foi visto que essas mulheres não tinham o espaço necessário em relação aos homens.

Por fim, chegamos ao último artigo que contemplou a Relação Família-Escola, a díade, denominado como “Relação família-escola-criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras”. No artigo foi realizada uma pesquisa com as professoras, os pais e as crianças com autismo. As autoras ressaltaram a importância da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva para atender a parcela da população que por um ou mais motivos apresentam uma demanda maior de aprendizagem. Para tanto, precisamos lembrar que a educação especial na perspectiva inclusiva é abrangente, ou seja, não privilegia apenas uma síndrome ou condição.

Em relação a isso Cabral, Falcke e Marin (2021, p. 494) apontam “atualmente, a educação inclusiva contempla a ampliação do espaço sociocultural da criança, no qual os papéis sociais e as exigências formais de aprendizagem apresentam-se como novas oportunidades de interação com outras pessoas e situações”. Para que essa educação especial na perspectiva inclusiva seja implementada é necessária a relação construída de forma efetiva da escola com a família do aluno com autismo, muitas vezes, essa relação não acontece de forma linear, por vários motivos e particularidades. Cabral, Falcke e Marin (2021) apontam:

[...] é preciso repensar a relação família e escola, destacando que a escola necessita atentar para as diferentes dinâmicas familiares, assim como os pais precisam colaborar com o sistema escolar para a promoção de um ambiente rico em recursos e atividades para os processos de ensino e de aprendizagem [...]. (CABRAL, FALCKE E MARIN 2021, p. 495).

Portanto, ambos os grupos necessitam de informação, pois só assim haverá ensino ocorrendo de forma simultânea dentro e fora da escola na vivência de pessoas com TEA. Sendo assim tentou-se expor aqui algumas das variadas temáticas que a Revista Brasileira de Educação Especial evidencia sobre o Transtorno do Espectro Autista bem como contribuir para o aumento de conhecimentos sobre o TEA. Entretanto, discorreremos a partir de agora sobre algumas lacunas existentes nessas publicações sobretudo as temáticas essenciais para o desenvolvimento das pessoas com autismo e alguns apontamentos relevantes.

### **4.3 Apontamentos sobre ausências e possibilidades nos estudos sobre o TEA na RBEE**

A Revista Brasileira de Educação Especial publiciza estudos sobre inúmeras temáticas no que se refere ao transtorno do espectro autista, que vai desde abordagem pedagógica, atendimento terapêutico e perpassa por relações sociais e familiares, isso tudo abrange muitos assuntos relacionados ao TEA. Porém, podemos sugerir alguns outros temas que são relevantes quanto os que já estão evidenciados na revista, a saber: a ampliação de estudos sobre terapias como o ABA, PECS, entre outras.

Além disso, no tocante a questões pedagógicas podemos citar a formação continuada de professores e profissionais da educação, só a partir disso poderemos

melhorar a inclusão e buscar a qualidade da educação especial na perspectiva inclusiva. Também, se faz necessário alguns estudos sobre as transições das etapas da vida nas fases da infância para a adolescência e da adolescência para a vida adulta, os quais podem contribuir para o enriquecimento dos temas abordados na revista.

E, se tratando em conhecimentos pedagógicas algumas áreas foram pouco contempladas nos estudos realizados pelos autores, dentre eles podemos citar: a diversidade curricular nas áreas que abrange as artes, ciências, geografias e a oportunidade de aprendizado de uma nova língua. Podemos mencionar ainda algumas alternativas que sobretudo com os novos estudos que estão expandindo e melhorando o leque de opções para o indivíduo com TEA desenvolvem cada vez mais suas aptidões como a música e a terapia que envolve o contato com animais como, por exemplo, o cavalo, a qual se mostra bastante eficaz para contribuir com a socialização dos autistas.

Quanto as perspectivas para o futuro podemos apontar que estudos em mais regiões do Brasil são e serão sempre necessários, visto que atenderá as especificidades de cada localidade de onde ele é feito, oportunizando diversidade de temas, que gera uma expansão do conhecimento, agregado a isso os profissionais que lidam com esse público utilize essa revista como uma ferramenta e propague novos conhecimentos. E, por assim dizer que, seja crescente cada vez mais os números de escritores.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, a partir da pesquisa de cunho bibliográfico teve como pergunta norteadora, a seguinte questão: o que as publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial – RBEE apontam sobre o Transtorno do Espectro Autista? Essa pergunta foi organizada no objetivo geral, o qual visava investigar as publicações realizadas na revista brasileira de educação especial que tratam sobre o transtorno do espectro autista.

Para conseguirmos alcançar nosso principal objetivo, traçamos o seguinte caminho, no qual visava (1) identificar as pesquisas que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista disponibilizadas na Revista Brasileira de Educação Especial; (2) Apontar as temáticas que se sobressaem no relacionamento com o objeto desta pesquisa, a saber Transtorno do Espectro Autista; (3) Analisar os trabalhos que tratam sobre o Transtorno do Espectro Autista, apontando o que é pesquisado, como também as lacunas da área nas publicações realizadas na Revista Brasileira de Educação Especial.

Em relação ao primeiro objetivo específico executamos uma análise em todos os volumes publicizado pela revista, selecionando as edições que refere-se ao TEA. Fizemos parte do escopo deste trabalho as publicações dos últimos 4 anos. Nesse sentido, percebemos dos 832 artigos publicados pela revista desde sua primeira edição, apenas 43 tratam sobre o transtorno do espectro autista. E, como já mencionado anteriormente fizemos a análise 21 dessas publicações. É importante salientar que, a grande maioria destes artigos foram escritos por mulheres que representam 62% desse total, 38% foram realizados de forma mista, ou seja, por homens e mulheres; e, por fim, quando nos referimos ao gênero masculino não encontramos nenhum trabalho sobre essa temática feito por homens.

As regiões brasileiras também fizeram parte do nosso enfoque, foi possível observar que o Sudeste apareceu com o número maior de publicações contando com 46% dos trabalhos desenvolvidos, depois a região Sul com 21%, o Nordeste com 17%; e, posteriormente, o Norte e o Centro Oeste com 4% e 0% respectivamente. As publicações internacionais computaram o percentual de 12%.

Também percebemos que as temáticas que se sobressaíram no relacionamento com o objeto desta pesquisa se aproximam das seguintes temáticas: os aspectos da comunicação, comportamento, tecnologia, interação, recursos didáticos, adaptação de materiais, inclusão escolar, socialização, ciências exatas e humanas, relações sociais,

interpessoais e familiares. Logo, agrupamos essas temáticas em três categorias, a saber: abordagem pedagógica, acompanhamento terapêutico e relações sociais/familiares.

Sendo assim, a abordagem pedagógica evidenciou a importância dos seguintes tópicos: aprendizagem cooperativa, inclusão escolar e habilidades específicas das ciências humanas e exatas. A segunda categoria intitulada de atendimento terapêutico trouxe as abordagens relacionadas ao comportamento, tecnologia e comunicação. No que se refere a última categoria nomeada de relações sociais/familiares foi composta por quatro temáticas, a saber: relações sociais, relações interpessoais no contexto educacional, relações familiares e relação entre família-escola, a díade. Dentre estas categorias a abordagem pedagógica se sobressaiu, pois a partir dos artigos analisados essa categoria apresentou uma predominância de temas, equivalendo a cerca de 43% das publicações, no atendimento terapêutico as publicações representam 33% e nas relações sociais/familiares corresponde a 24% dos artigos nas páginas da revista. Assim, os dados encontrados na pesquisa corroboram para o aumento do conhecimento das questões intrínsecas ao TEA.

Na pesquisa identificamos temáticas pouco aprofundadas sobre o tema, a saber: as transições das diferentes etapas da vida que vai da infância, passam pela adolescência até a vida adulta, essas representam grandes desafios e possuem suas especificidades. No que tange ao currículo, questões pedagógicas de outras áreas também podem ganhar espaços dentro das discussões da revista. Podemos citar os conhecimentos que complementam o aprendizado como conteúdos de ciência, artes, geografia e de uma nova língua abrindo possibilidade para diversificar cada vez a aprendizagem e torná-la significativa. Pois mediante esta análise ficou perceptível as lacunas da área, nas publicações realizadas na RBEE, bem como a contribuição para a expansão dos conteúdos referentes ao autismo na revista.

Destarte, podemos destacar que essa pesquisa ao trazer à tona as principais contribuições que a produção científica da RBEE possui a respeito do autismo, o qual se configura como um tema de extrema relevância para o contexto educacional e o social, contribui para a história, o reconhecimento legal, a diminuição do preconceito enfrentado e a inserção nos ambientes educacionais, ou seja, para a inclusão dos sujeitos com TEA em qualquer esfera da sociedade. Para tanto, como os estudos estão em processo de expansão é fundamental a ampliação com enfoque em outras temáticas do conhecimento, apontando novas pesquisas que devem ser realizadas como: formação continuada para os profissionais de educação, ou seja, como a qualificação/capacitação pode interferir no

atendimento dos sujeitos com autismo, a ampliação do currículo não se detendo apenas duas áreas do conhecimento como linguagem e matemática, mas que englobe o ensino de ciências, artes, língua inglesa para os sujeitos com autismo e a discussão sobre outros métodos terapêuticos à exemplo da musicoterapia, equoterapia.

## REFERÊNCIAS

- AGRIPINO-RAMOS<sup>2</sup>, Cibele Shírley. LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias. SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Vivências escolares e transtorno do espectro autista: o que dizem as crianças?. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.25, n3, p.453-468, Jul.-Set. 2019.
- ALONSO, Felipe Trillo. GAÑETE, Ana Parada. BERNÁRDEZ-GÓMEZ, Abraham. Juan, uma criança com síndrome de asperger: estudo de caso de uma boa prática de inclusão educacional por meio da aprendizagem cooperativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.25, n.1, p.85-100. Jan.-Mar. 2019.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-III**. 3. ed. Washington: DC, 1980.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-III-R**. 3.ed. Washington: DC, 1987.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-IV**. 4.ed. Washington: DC, 1994.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5**. 5.ed. Washington: DC, 2010.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ANDALÉCIO, Antônio César Gontijo Silva Assunção Montezuma. GOMES, Camila Graciella Santos. SILVEIRA, Analice Dutra. OLIVEIRA, Ianaiara Marprates. CASTRO, Robson Cardinali. Efeitos de 5 Anos de Intervenção Comportamental Intensiva no Desenvolvimento de uma Criança com Autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.25, n3, p.389-402, Jul.-Set. 2019.
- BARBOSA, M.C.S. **A rotina nas pedagogias da educação infantil: dos binarismos à complexidade**. Currículo sem fronteiras, v.6, n°1. pp.56-69, Jan/Jun 2006
- BATTISTI, Aline Vasconcelos; HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1251>.
- BENUTE, Gláucia Rosana Guerra (Org.). **Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão**. volume 2. São Paulo: Setor de Publicações - Centro Universitário São Camilo, 2020. – Coleção Ensaio sobre Acessibilidade)50 p.
- BELISÁRIO FILHO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **Transtornos Globais do desenvolvimento**. Brasília: ministério da educação, secretaria da educação especial; [fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010, p. 23, 38.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, coordenação de edições técnicas, 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9694 / 1996.

BRASIL. **Lei nº 12. 764, de 27 de dezembro de 2012.** Lei Berenice Piana. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.977 de janeiro de 2020.** Lei Romeo Mion. Altera a Lei nº 12. 764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana) e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Cíptea), e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13977.htm) Acesso em: 19 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 06 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: 06 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990.** ECA \_ Estatuto da Criança e do Adolescente. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) Acesso em: 28 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm) Acesso em: 28 de Maio de 2022.

BRÍGIDO, Evelina. RODRIGUES, Ana. SANTOS, Sofia. Construção e validação do questionário de comportamentos típicos na perturbação do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Bauru, v.27, e0227, p.1005-1020. 2021.

BRÍGIDO, Evelina. RODRIGUES, Ana. SANTOS, Sofia. Correlações entre os perfis comportamentais, funcionamento executivo e empatia na perturbação do espectro do autismo: orientações para a intervenção. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Bauru, v.28, e0033, p.1-16. 2022.

CABRAL, Cristiane Soares. FALCKER, Denise. MARIN, Angela Helena. Relação família-escola-criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Bauru, v.27, e0156, p.493-508, 2021.

CANOVAS, Daniela de Souza. CRUZ, Maria Tereza Monteiro. COIMBRA, Maria América Coimbra. Serviço em ABA para indivíduos com TEA: continuar os serviços presencial em tempos de COVID-19?. **Revista Brasileira de análise do comportamento.** Vol.15,no.2. 2020. p.178-187. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/8771/6346> Acesso: 09 de julho de 2022.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

COSTA, Luciene Silva da. **ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: A CONCEPÇÃO DO EDUCADOR NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**. Santa Maria, 2016.

<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7260>. Acesso:27/02/2022

DELIBERATO, Débora. ADURENS, Fernanda Delai Lucas. ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado. Brincar e contar histórias com crianças com transtorno do espectro autista: mediação do adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.27, e0128p.73-88, Jan.-Dez. 2021.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo**. Trad. Luiz A. de Araújo. 1. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2017

FISCHER, Marta Luciane. Tem um estudante autista na minha turma! E agora? O diário reflexivo promovendo a sustentabilidade profissional no desenvolvimento de oportunidades pedagógicas para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.25, n.4, p.535-552, Out.-Dez., 2019

GAIATO, Mayra. TEIXEIRA, Gustavo. **O rezinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. 1. ed. São Paulo: nVersos Editora, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GRANDIN, Temple.; PANEK, Richard. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. Trad. Cristina Cavalcanti. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GREEN, G. (1996). **Early behavioral intervention for autism: What does research tell us?** In C. Maurice, G. Green, & S. Luce (Eds.). Behavioral intervention for young children with autism: A manual for parents and professionals (pp. 29-44). Austin (TX): Pro-Ed

GUERRA, Bárbara Trevizan. SANTO, Lady Anny Araújo do Espírito. BARROS, Romariz da Silva. ALMEIDA-VERDU, Ana Cláudia Moreira. Ensino de ecoico em pessoas com transtorno do espectro autista: revisão sistemática de literatura1. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.25, n.4, p.691-708, Out.-Dez. 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. **A língua portuguesa no Brasil**. Scielo, 2005. Disponível em [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252005000200015](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015) Acesso: 30 de junho de 2022

KANNER, Leo. **Distúrbios autísticos do contato afetivo**. In: ROCHA, Paulina Schmidtbauer (org.). et al. Autismos. Trad. Monica Seincman. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2012, p. 111-171

KEINERT, Maria Helena Jansen de Mello (org). **Transtorno do Espectro Autista: Orientação técnica para terapias**. Curitiba, 2018. p.56. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/12836924/0/TRANSTORNO+DO+ESPECTRO+AUTISTA.pdf/3498b55a-c093-1944-da82-e470524ec973> Acesso: 9 de julho de 2022.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias. NUNES, Laísy de Lima. SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro. Transtorno do espectro autista e interações escolares: sala de aula e pátio. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.26, n.1, p.69-84, Jan.-Mar., 2020

LEMOS, E. L. M. D., SALOMÃO, N. M. R., AQUINO, F. S. B., & AGRIPINO-RAMOS, C. S. (2016). Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(3), 351- 361. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1229> Acesso em: 24 de junho de 2022.

LOPES, Bruna Alves. Autismo, narrativas maternas e ativismo dos anos 1970 a 2008. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.26, n.3, p.511-526, Jul.-Set. 2020.

MARTINS, A. D. F., & MONTEIRO, M. I. B. (2017). **Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(2), 215-224. Disponível em: [http:// dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02121108](http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/02121108) Acesso em: 25 de junho de 2022.

MILLAN, Ana Elisa. POSTALLI Lidia Maria Marson. Ensino de habilidades rudimentares de leitura para alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.25, n.1, p.133-154, Jan.-Mar. 2019.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do. SOUSA, Flávio Luís Leite de. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2016.

NUNES, Débora Regina de Paula. BARBOSA, João Paulo da Silva. NUNES, Leila Regina de Paula. Comunicação alternativa para alunos com autismo na escola: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.27, e0212, p.655-672. 2021.

OLIVATI, Ana Gabriela. LEITE, Lucia Pereira. Experiências acadêmicas de estudantes universitários com transtornos do espectro autista: uma análise interpretativa dos relatos. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.25, n.4, p.729-746, Out.-Dez. 2019.

Organização das Nações Unidas. (2007). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Tradução oficial/Brasil. Acesso: em: 29 de junho de 2022.

Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192)

OPAS- **Organização Pan-Americana da Saúde**. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais> Acesso em: 05 de maio de 2022

PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali. POSTALLI, Lidia Maria Marson. Ensino de relações numéricas por meio da equivalência de estímulos para crianças com transtorno do espectro do autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.27, e0105, p.17-34, Jan.-Dez. 2021.

POLO-BLANCO, Irene. GONZÁLEZ LÓPEZ3 María José. CASTAÑEDA, Alicia BRUNO. An Exploratory Study on Strategies and Errors of a Student with Autism

Spectrum Disorder when Solving Partitive Division Problems. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.25, n.2, p.247-264, Abr.-Jun. 2019.

PUJOLÀS MASET, P. (2009). **Aprendizaje Cooperativo y Educación Inclusiva: Una forma práctica de aprender juntos alumnos diferentes**. Vic and Manresa, Catalonia: Universidad de Vic.

RAMOS, Fabiane dos Santos. BITTENCOURT, Daniele Denardin de. CAMARGO, Sígilia Pimentel Höher. SCHMIDT, Carlo. Intervenção mediada por pares no engajamento acadêmico de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.27, e0261, p.759-776. 2021.

REIS, Rayene. Mãe de autista. 2022. Disponível em: <https://maedeautista.com.br/aula-gratuita/> Acesso em: 29 de junho de 2022.

RIBEIRO, Camila Fragoso. MECCA, Tatiana Pontrelli. BRITO, Gabriel Rodriguez. SEABRA, Alessandra Gotuzo. Reconhecimento de palavras, fluência e compreensão de leitura em alunos com transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.27, e0050, p.919-934. 2021.

ROCHA, Lopes Claudia. **Professor-mediador da criança autista**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8565678-Professor-mediador-da-crianca-autista.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2022.

RODRIGUES, Viviane. ALMEIDA, Maria Amélia. Implementação do PECS associado ao point-of-view video modeling na educação infantil para crianças com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.26, n.3, p.403-420, Jul.-Set. 2020.

ROZA, Sarah Aline. GUIMARÃES, Sandra Regina Kirchner. empatia afetiva e cognitiva no transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão integrativa da literatura1. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.27, e0028, p.1053-1070. 2021.

SANTOS, J. P. S. (2017). Participação e satisfação de pais de crianças autistas com a escola: Estudo exploratório. **Revista Educação Especial**, 30(58), 283-296. DOI: 10.5902/1984686X22253 Acesso em 26 de junho de 2022.

SCHMIDT, C., NUNES, D. R. P., PEREIRA, D. M., OLIVEIRA, V. F., NUERNBERG, A. H., & KUBASBI, C. (2016). **Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas**. *Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 222-235.

SCHWARZ, Andrea. Qual a diferença entre incluir e integrar pessoas com deficiência. Igualblog, 2021. Disponível em: <https://igual.com.br/blog/2021/05/03/incluir-e-integrar/> Acesso em: 28 de julho de 2022.

SILVA, Liliane da Costa. **De mães geladeiras a mães sensíveis: uma discussão sobre o processo de inculpação das mães no comportamento autístico (1948-1970)**. 2020 Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/22462> Acesso em: 06 de maio de 2022.



SILVA, Martony Demes da. SOARES, André Castelo Branco. BENITEZ, Priscila. Software mTEA: do desenho computacional à aplicação por profissionais com estudantes com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Bauru, v.26, n.1, p.51-68, Jan.-Mar. 2020.

TIME. **Medicine**: Frosted Children, 26 abr. 1948. Trad. Automática. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,798484,00.html>. Acesso: 03 de maio de 2022.

TRILICO, Matheus. Qual o símbolo do autismo? Veja 3 e conheça o principal. Dr. Matheus Trilico, Neurologista. 2022. Disponível em: <https://blog.matheustriliconeurologia.com.br/simbolo-do-autismo/> Acesso em: 02 de agosto de 2022.

WING, L. (1981). **Asperger's Syndrome**: A clinical account. *Psychological Medicine*, 11(1), 103-128